

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

CODEPLAN

**EIXO BRASÍLIA – ANÁPOLIS -
GOIÂNIA**

**O MODELO DE DESENVOLVIMENTO COM
INCLUSÃO SOCIAL E O EIXO COMO
NOVO VETOR DE EXPANSÃO**

Junho de 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
1. CARACTERIZAÇÃO DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	06
2. A QUESTÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO CENTRO-OESTE.....	17
3. CENÁRIOS DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO.....	31
4. A FORMAÇÃO DO EIXO BRASÍLIA-ANÁPOLIS-GOIÂNIA.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO “EIXO”	45
REFERÊNCIAS.....	46
ANEXOS.....	47

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz - Governador

Nelson Tadeu Filippelli - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAN

Paulo Antenor de Oliveira – Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

Júlio Miragaya – Presidente

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

Júlio Miragaya – Diretor

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Salviano Antônio Guimarães Borges - Diretor

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Vaga

DIRETORIA DE ESTUDOS URBANOS E AMBIENTAIS

Glória Rincón – Diretora

Elaboração do Estudo

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

Júlio Miragaya – Coordenação Geral

GERÊNCIA DE BASE DE DADOS

Jusçanio de Souza – Gerente

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO E REGIONAL

Aldo Paviani (coordenador)

Francisca de Santana Paz

Giuliana de Abreu Correa

Emery Dulce Nogueira

NÚCLEO DE GEOINFORMAÇÃO

Cárita da Silva Sampaio (coordenadora)

Diego Moreira Carvalho

Raquel Daudegan (estagiária)

Everson de Albuquerque (estagiário)

Arte final

Mauro Guimarães Moncaio

INTRODUÇÃO

O Centro-Oeste tem sido, nas últimas décadas, a região que tem apresentado o melhor desempenho econômico entre as macrorregiões brasileiras. A sua participação no PIB nacional, que em 1970 era de 3,8%, passou para mais de 10% atuais (R\$ 500 bilhões). Entre 1960 e 2013, a população da região quase sextuplicou e alcançou 18,2 milhões (9,0% do total nacional); a produção de grãos cresceu para 82 milhões de toneladas em 2013 (43,5% do total nacional) e o rebanho bovino para quase 93 milhões de cabeças no mesmo ano (44% do total nacional).

Esse processo de ocupação populacional e expansão da atividade econômica na Região (aqui considerando o Centro-Oeste ampliado, incluindo os Estados de Tocantins e Rondônia), iniciou-se no começo do século XX, a partir do “espraiamento” da economia paulista para além das barrancas dos rios Paraná e Paranaíba, culminando na “Marcha para Oeste”, de Vargas.

Foi a partir da fundação de Brasília em 1960, contudo, que o processo de ocupação do oeste brasileiro ganhou uma dimensão ainda maior, especialmente pela Capital tornar-se o epicentro da malha rodoviária nacional, então em estruturação.

Nesta próspera região encontram-se duas das principais áreas metropolitanas do País, Brasília com 4 milhões de habitantes e Goiânia, com mais de 2,4 milhões, que juntamente com a aglomeração urbana de Anápolis (400 mil habitantes), formam o Eixo Brasília - Anápolis - Goiânia, com população de 6,8 milhões de habitantes e um PIB de R\$ 270 bilhões.

O Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia abrange as duas áreas metropolitanas que apresentam o mais acelerado crescimento demográfico entre todas as metrópoles brasileiras, assim com a maior taxa de expansão do PIB. Já é o 3º maior mercado consumidor do País, superado apenas pelas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Esse eixo se fortaleceu com a duplicação da ligação Brasília e Goiânia (BR-060) e da BR-153 entre Goiânia e Itumbiara, conectará as duas metrópoles do Centro-Oeste, por rodovia em pista dupla, com São Paulo, principal centro econômico nacional, e com os Estados do Sul e os países do Mercosul.

Sua consolidação depende da implantação de alguns projetos estratégicos como a conexão ferroviária de Brasília com Anápolis e, daí com a Ferrovia Norte-Sul e com a Ferrovia Transcontinental (Uruaçu-Porto de Açu), assim como a construção do gasoduto partindo de São Carlos (SP) em direção ao Triângulo Mineiro e a Goiânia e Brasília, que disponibilizará uma nova e vantajosa fonte energética, ampliando a competitividade do “Eixo” na atração de investimentos, notadamente industriais.

1. CARACTERIZAÇÃO DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

É determinante para a formulação de estratégias de desenvolvimento para as regiões que compõem o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia e a elaboração dos possíveis cenários, a compreensão da dinâmica da economia da Região Centro-Oeste e o papel de Brasília e Goiânia na sua formação e atual configuração.

Dessa forma, o Estudo inicia com uma análise retrospectiva do desempenho da economia regional, principalmente, a partir da fundação de Brasília em 1960.

1.1 O DESEMPENHO DA ECONOMIA NA REGIÃO CENTRO-OESTE

O processo de ocupação e expansão da atividade econômica da Região Oeste (aqui considerando o Centro-Oeste ampliado¹, incluindo os Estados de Tocantins e Rondônia), iniciou-se no começo do século XX, e teve na fundação de Brasília a expressão maior do processo de interiorização da ocupação e do desenvolvimento do Brasil.

Do início do século até o final da década de 1950, a região recebeu expressivas correntes migratórias, que propiciou um substancial aumento do contingente populacional e da atividade econômica. Estimulada pelo processo de “espraiamento” da economia paulista para além das barrancas dos rios Paraná e Paranaíba, a ocupação da região sofreu forte aceleração nas seis primeiras décadas do século passado, saltando sua população de 370 mil para 3 milhões de habitantes. De outro lado, a atividade econômica ampliou-se enormemente, com a produção de grãos saltando de 210 mil para 1,46 milhão de toneladas entre 1920 e 1960 e a criação de gado passando de 5,85 milhões para 10,75 milhões de cabeças no mesmo período.

Foi a partir da fundação de Brasília em 1960, contudo, que o processo de ocupação do oeste brasileiro ganhou uma dimensão ainda maior, tendo ela cumprido a função de força motriz do processo de interiorização da economia brasileira, inclusive por ter funcionado como ponto de recepção de migrantes das distintas regiões litorâneas e de distribuição rumo às terras desocupadas do oeste, beneficiando-se do fato de ser o epicentro da malha rodoviária nacional, então em estruturação, e que passou por exponencial expansão nas décadas seguintes.

¹ A Região Centro-Oeste ampliada compreende, além dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, os estados de Tocantins e de Rondônia, ambos situados na Região Norte, mas com fortes vínculos econômicos e históricos com o Centro-Oeste. O Estado de Rondônia foi criado em 1943 (ainda como Território Federal, denominado Guaporé), formado principalmente com terras de Mato Grosso, e, em pequena escala, do Amazonas. Já o Estado do Tocantins foi criado em 1988, emancipado de Goiás. Com a incorporação dos dois estados, trata-se de uma vasta região com 2,12 milhões de Km² (25% do território brasileiro).

Dessa forma, entre 1960 e 2013, a população da Região quase sextuplicou e alcançou 18,2 milhões (9,0% do total nacional); a produção de grãos cresceu para 82 milhões de toneladas em 2013 (43,5% do total nacional) e o rebanho bovino para 93 milhões de cabeças no mesmo ano (44% do total nacional).

Muito embora seja ainda uma região de fronteira agrícola, a sua taxa de urbanização chegou a 85%, a segunda maior do Brasil, devido, principalmente, ao modelo agrário predominante. Nela encontram-se duas das principais áreas metropolitanas do País, Brasília com 4,0 milhões de habitantes e Goiânia, com cerca de 2,4 milhões, e que juntamente com a Aglomeração Urbana de Anápolis, formam o Eixo Brasília - Anápolis - Goiânia, com população superior a 6,8 milhões de habitantes.

A conjunção de um numeroso contingente populacional com um rendimento médio superior à média nacional faz do “Eixo” o 3º maior mercado do País, com renda disponível para consumo de quase 140 bilhões de reais, superado apenas pelas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

1.2 A DINÂMICA DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA NA REGIÃO NO PERÍODO RECENTE

No período 1960/1980, o rápido crescimento da economia do Centro-Oeste se deu baseado na atividade agropecuária, e a expansão desta se fez, sobretudo, pela ampla incorporação de terras ao processo produtivo. A partir da década de 1980, contudo, o Oeste brasileiro tem assentado o crescimento da atividade agropecuária, essencialmente, num excepcional aumento da produtividade das suas culturas agrícolas.

Sem dúvida, a grande responsável por esta verdadeira revolução no campo foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), fundada em 1973, tendo desenvolvido sementes de soja, milho, feijão e algodão especialmente adaptadas ao solo do cerrado, resistentes e de elevada produtividade, e fornecidas a baixo custo aos produtores. Paralelamente, houve também a ampliação das áreas irrigadas e o desenvolvimento de tecnologias de correção e manejo do solo, de rotação de culturas, de controle de pragas e de adubação.

Muito embora o maior progresso realizado pela Embrapa tenha sido registrado na pesquisa de grãos, deve-se registrar que a pesquisa na área da pecuária, especialmente na bovinocultura, teve enorme impacto na economia regional. Como exemplo, em três décadas, o tempo médio para o gado bovino atingir o peso de abate caiu de 72 para 24 meses, em média, na Região.

O desenvolvimento tecnológico no campo ocorrido no Brasil neste período, e com resultados extraordinários no Centro-Oeste, caracterizou-se, nas suas primeiras fases, pela concentração das atividades modernas e dinâmicas, tanto do ponto de vista econômico quanto espacial.

Apenas na sua última fase, quando já havia se consolidado um capitalismo maduro, é que vai ocorrer uma difusão da modernização, tanto em relação aos capitais, como quanto à tecnologia e às formas de organização. O progresso da biotecnologia e a possibilidade de se criar e adaptar sementes permitiu, no espaço de duas gerações, transformar o que parecia um deserto, o cerrado, numa imensa e próspera região agrícola.

Deve-se destacar que o motor principal deste processo foi, sem dúvida, a soja. De fato, ao longo desses dois decênios, a soja literalmente ganhou as terras do cerrado, parte delas anteriormente ocupadas pelo arroz, e avançou em direção às bordas da Floresta Amazônica, mudando a face da Região.

Em 1975, o Brasil cultivava 5,65 milhões de hectares de soja e já era o segundo produtor e exportador mundial, estando a produção fortemente concentrada na Região Sul, e, secundariamente, em São Paulo e Minas Gerais (Região do Triângulo Mineiro). O cultivo da leguminosa na Região começou muito timidamente nos anos 1970, como um espraiamento do cultivo na Região Sul.

A partir do noroeste do Paraná, o cultivo alcançou o sul do Mato Grosso do Sul (Região de Dourados) e, a partir do Triângulo Mineiro, atingiu o sudeste e o sudoeste de Goiás. Em 1975, o Centro-Oeste cultivava 180 mil hectares da leguminosa (3,3% do total nacional) e, em 1980, a área cultivada avançou para 880 mil hectares (11,3% do país), ainda muito concentrada no sudeste do Mato Grosso do Sul e no sul goiano, mas já tendo o Mato Grosso colhido 56 mil hectares.

Em 1985, a região respondia por 25,4% da área colhida com soja no Brasil, ou 2,45 milhões de hectares, sendo o Mato Grosso do Sul ainda o maior produtor regional, mas tendo sido Goiás superado pelo Mato Grosso, onde despontava a região de Rondonópolis. Em 1995, a área cultivada subiu para 3,38 milhões de hectares (35,7% da área do país), já aparecendo o Mato Grosso como o principal produtor da região, com o crescente cultivo do produto no norte do estado, entre Cuiabá e a fronteira com o Pará.

Em 2000, a soja cultivada na região (5,6 milhões de hectares) já representava 41% do total cultivado no Brasil, percentual que cresceu para cerca de 48,4% na safra 2005, quando foram colhidos mais de 11,3 milhões de hectares, constituindo-se já na principal região produtora do país, área e percentual que praticamente se mantiveram em 2010.

Deve-se mencionar também o transbordamento, desde a década de 1990, do cultivo da soja em direção às terras de Cerrado da região Nordeste, limítrofes ao Centro-Oeste (regiões de Barreiras, na Bahia; de Balsas, no Maranhão; e de Uruçuí, no Piauí) e situadas na área de influência direta de Goiânia/Brasília. Estas regiões colheram, em 2005, mais de 1,44 milhão de hectares, representando 6,2% da área colhida no País, evoluindo para 1,86 milhão em 2010 (8,0%). Somando-se as duas regiões de cerrado (Centro-Oeste e Nordeste), atinge-se o total de 12,76 milhões de hectares, ou quase 55% da área plantada com soja no País em 2010.

Para se ter uma real dimensão da acelerada expansão da soja na região Centro-Oeste, deve-se registrar que ela respondeu por 1,5% da ampliação da área plantada com soja no País no período 1960/70; por 15,3% no período 1970/80; e por nada menos que 79,7% no período 1980/2010 (Quadro 1 e Gráfico 1).

Quadro 1. Ampliação da área plantada com soja no Brasil e no Centro-Oeste - 1960 a 2010

Períodos	Ampliação da área plantada c/ soja (em mil hectares)			CO-NE/ BRASIL (%)
	Brasil	C. Oeste/ Nordeste	Sul/ Sudeste	
1960 a 1970	2.000	30	1.970	1,5
1970 a 1980	5.598	857	4.741	15,3
1980 a 2010	14.603	11.637	2.966	79,7

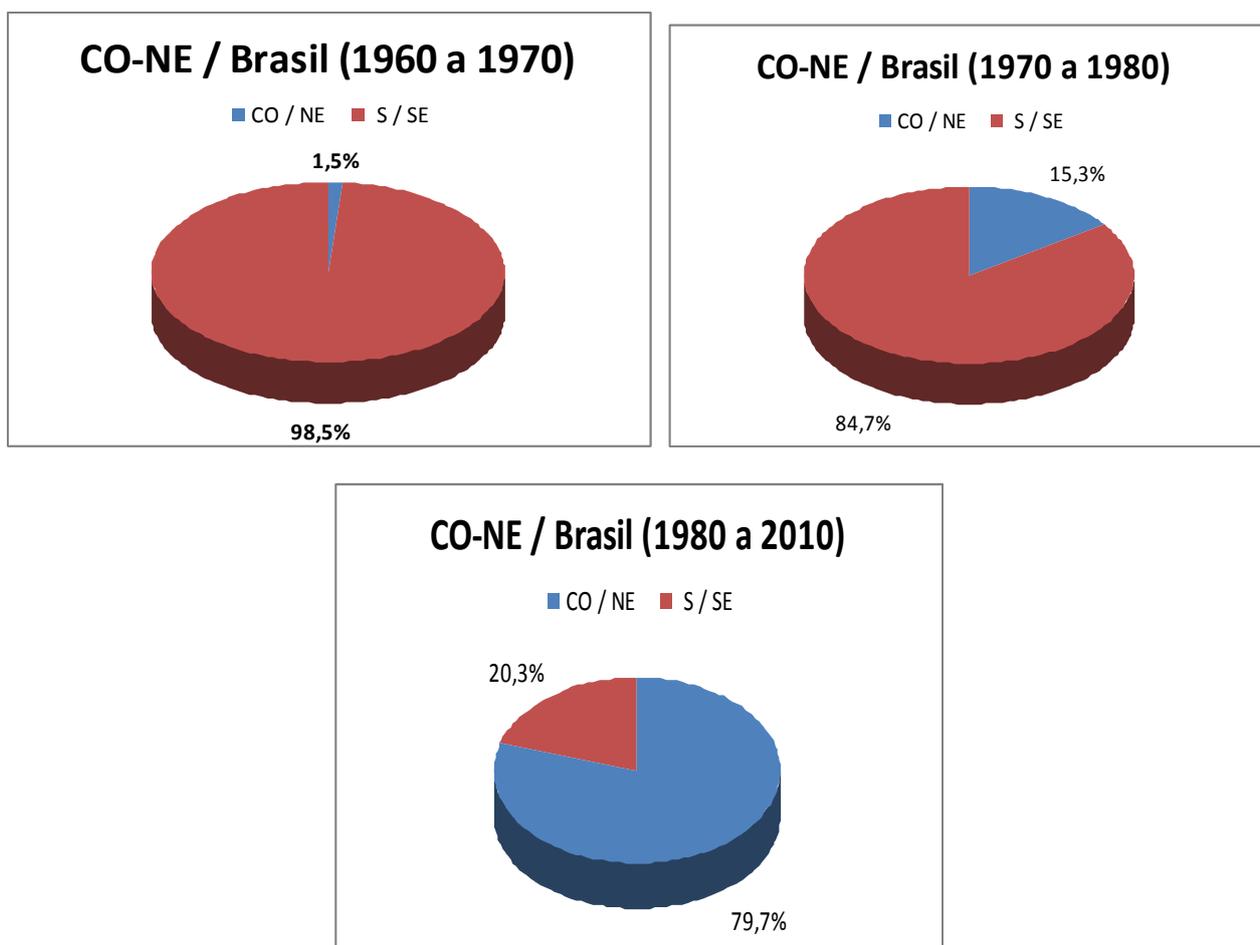
Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) e Censos Agropecuários/IBGE.

Mas se a incorporação de novas áreas à exploração agrícola na Região foi extraordinária nas últimas décadas tendo passado a área cultivada de 6,9 milhões de hectares em 1980 para quase 11 milhões em 2000 e superado os 17 milhões em 2010, mais notável ainda foi o desempenho da produtividade.

Dos seis principais grãos cultivados, apenas no caso do arroz, a produtividade média da Região Centro-Oeste ficou abaixo da média nacional devido, sobretudo, ao excepcional rendimento médio da rizicultura gaúcha. Mas, mesmo neste caso, a produtividade cresceu 167%, saltando de 1.120 Kg/ha em 1980 para 2.985 Kg/ha em 2010. No caso da soja, aumentou em 83%, passando de 1.657 Kg/ha em 1980 para 3.038 Kg/ha em 2010.

Quanto ao milho, a progressão foi ainda mais espetacular, tendo aumentado nada menos que 330%, saltando de 1.005 Kg/ha em 1980 para 4.322 Kg/ha em 2010. No mesmo período, a produtividade do algodão, passou de 1.518 Kg/ha para 3.802 Kg/ha (aumento de 150%); a do feijão saltou de 423 Kg/ha para 1.905 Kg/ha (350%) e a do sorgo de 1.571 Kg/ha para 2.830 Kg/ha (80%).

Gráfico 1. Ampliação da área plantada com soja no Brasil e no Centro-Oeste - 1960 a 2010



Fonte: IBGE

Progressão vertiginosa foi observada também na produtividade média da cana-de-açúcar, que mais que dobrou, saltando de pouco mais de 35 mil Kg/ha em 1980 para quase 80 mil Kg/ha em 2010, também acima da média nacional. O Quadro 2 permite visualizar a devida percepção dessa verdadeira revolução tecnológica, apresentando o crescimento da produtividade (da mão-de-obra, da terra e total dos fatores) no período 1970/95, comparando o desempenho dos estados da Região Centro-Oeste com outras regiões.

Observa-se o excepcional avanço dos indicadores na Região no período de 1980 a 1995. Deve-se destacar também o avanço da atividade pecuária regional. A área total de pastagens não teve propriamente uma grande expansão, tendo passado de 68,4 milhões de hectares em 1980 para 76,8 milhões em 1995. O que de relevante ocorreu foi a crescente substituição das pastagens naturais por pastagens plantadas, o que resultou em significativos ganhos de produtividade. O rebanho bovino mais que duplicou entre 1980 e 2010, atingindo 86,5 milhões de cabeças, representando quase 44% do efetivo nacional.

Quadro 2. Taxas anuais de crescimento do produto agregado e da produtividade total dos fatores (PTF), da mão-de-obra e da terra no período 1970/1995 (%).

Discriminação	Produto agregado		Produtividade total dos fatores		Produtividade da mão-de-obra		Produtividade da terra	
	1970/80	1980/95	1970/80	1980/95	1970/80	1980/95	1970/80	1980/95
BRASIL	5,63	2,32	2,01	2,59	5,39	2,02	4,94	2,36
GO	6,74	2,60	2,42	4,84	6,05	3,21	4,48	4,34
DF (1)	18,53	6,49	2,29	3,91	11,20	6,45	18,23	6,34
TO	-	2,97	-	4,21	-	3,42	-	2,89
MT	(2,21)	10,91	1,58	3,79	(1,38)	10,83	1,58	9,22
MS	3,71	5,85	2,66	5,83	3,93	5,99	3,35	5,85
RO	10,44	2,21	(9,97)	6,58	2,34	4,65	10,24	6,96
SP	5,82	1,15	1,92	2,05	5,94	2,15	5,76	1,38
MG	5,01	2,50	(2,33)	3,74	(0,10)	4,33	4,61	2,90
PR	9,86	1,85	6,74	2,64	10,19	2,60	8,97	1,81
RS	4,48	1,68	(0,30)	2,90	3,12	2,36	6,91	3,57

Fonte: Gasques, J. e Conceição, J. (2001) (1) Os dados do DF na coluna 1970/80 referem-se ao período 1975/80.

Do mesmo modo, a produção de leite avançou de forma ainda mais expressiva, tendo crescido 170% no período, para mais de 5 bilhões de litros, ou 20% da produção brasileira. Outros segmentos da pecuária avançaram, como a suinocultura e a ovinocultura, mas, sobretudo o setor de aves teve desempenho excepcional. Entre 1980 e 2010, o efetivo avícola na região cresceu quase 500%, saltando de 20,7 para 120 milhões de cabeças.

O processo de modernização acelerada do setor agrário na região se expressa também na redução do contingente de pessoas ocupadas e na mecanização crescente da atividade agrícola, com significativo impacto social. Existe na região cerca de 150 mil famílias de agricultores (proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros, cessionários) com acesso precário a terra (insuficiência de área), significando em torno de 40% das famílias rurais e cerca de 330 mil assalariados dependentes exclusiva ou majoritariamente da renda proveniente da agricultura.

Entretanto, não obstante as distorções geradas no quadro social, a expressiva expansão da atividade agropecuária representou uma mudança no panorama econômico regional. Um dos segmentos que se beneficiou desta situação foi a indústria de alimentos. Os maiores destaques ficam com a indústria de esmagamento e processamento de soja; a indústria de ração animal; a indústria frigorífica (incluindo, além da carne bovina, a suína e de frango) e a indústria de laticínios.

Desenvolveram-se também de forma expressiva a indústria de processamento de couro e de algodão e o setor sucroalcooleiro. Da mesma forma, alguns setores voltados para o suprimento da agropecuária também se expandiram. Foi o caso da indústria de fertilizantes (que vai constituir em Uberaba, às portas do Centro-Oeste, o principal parque do País); a indústria de sementes e a de implementos agrícolas.

Outra consequência notável foi o desenvolvimento do setor terciário, estimulado pela dinâmica demanda do setor agroindustrial, pelos fortes investimentos demandados em infraestrutura e, obviamente, pela demanda de uma população em forte processo de urbanização. Dessa forma, considerando o fraco desempenho da economia brasileira nas últimas décadas, a performance dos principais núcleos urbanos da região Centro-Oeste pode ser tida como destacada.

Analisando-se o desempenho da economia regional, observa-se que entre as 13 principais áreas metropolitanas e 100 maiores cidades médias brasileiras no período revela que entre as 13 áreas metropolitanas consideradas, Goiânia aparece com o melhor desempenho e Brasília em terceiro lugar. Quanto às cidades médias, todas as sete principais do Centro-Oeste aparecem com resultados acima da média nacional: Campo Grande, Porto Velho, Cuiabá, Rondonópolis, Rio Verde, Dourados e Anápolis.

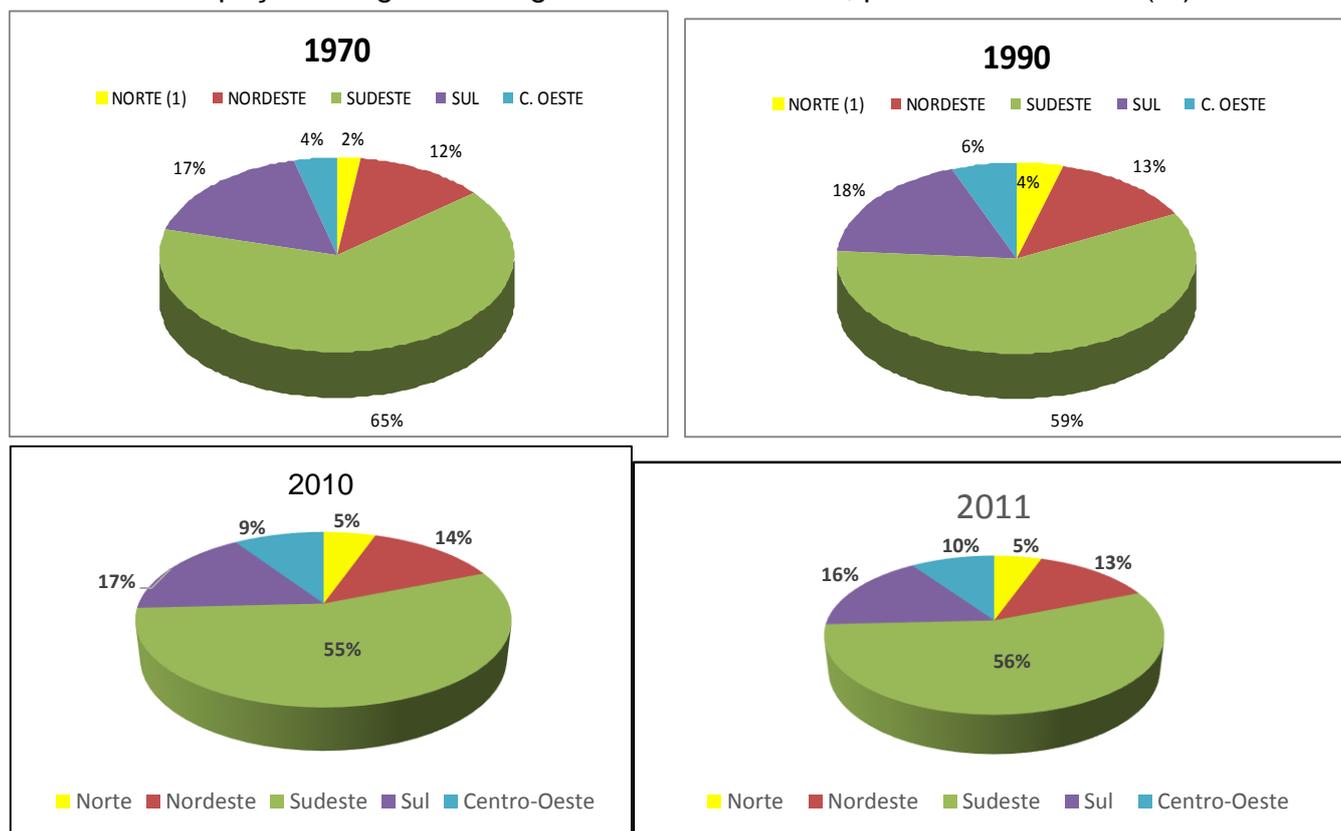
O Quadro 3 e o Gráfico 2 apresentam a evolução da participação do Centro-Oeste, segundo as suas seis unidades, e das demais macrorregiões no PIB nacional entre 1970 e 2011, observando-se que a região vem gradativamente ganhando terreno na composição do PIB nacional, tendo passado de 3,8% em 1970 para 10,68% em 2011.

Quadro 3: Participação das regiões no PIB do Brasil de 1970/2011 (%)

ANOS	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2002	2005	2011
BRASIL	10,00	100,00	100,00	100,00	100,0	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
NORTE (1)	2,10	2,00	3,30	3,35	4,29	3,50	3,60	3,78	3,94	4,29
NORDESTE	12,10	11,30	12,20	14,10	12,86	12,00	12,40	12,96	13,07	13,40
SUDESTE	65,00	64,40	62,10	60,15	58,83	59,10	58,30	56,68	56,53	55,41
(SP)	(39,40)	(nd)	(nd)	(36,12)	(37,02)	37,30	36,00	34,63	33,86	(32,57)
SUL	17	18,10	17,40	17,10	18,21	16,20	16,50	16,89	16,59	16,22
C. OESTE	3,80	4,20	5,00	5,30	5,80	9,00	9,20	9,69	9,87	10,68
GO	nd	nd	nd	1,80	1,75	2,00	2,20	2,53	2,35	2,69
TO	-	-	-	-	0,16	0,30	0,30	0,38	0,42	0,44
DF	nd	nd	nd	1,37	1,61	4,40	3,90	3,80	3,75	3,97
MT	nd	nd	nd	0,69	0,83	1,00	1,30	1,42	1,74	1,72
MS	-	nd	nd	0,95	0,96	0,90	1,00	1,03	1,01	1,19
RO	nd	nd	nd	0,48	0,49	0,40	0,50	0,53	0,60	0,67

Fonte: IBGE e Banco Central. De 2007 a 2011 IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA - (período de

Gráfico 2: Participação das grandes regiões no PIB do Brasil, período 1970/2011 (%)



Fonte: IBGE

Já o Quadro 4 e o Gráfico 3 apresentam a evolução do PIB e do PIB per capita (em valores constantes de 2009) e da população entre 1970 e 2011.

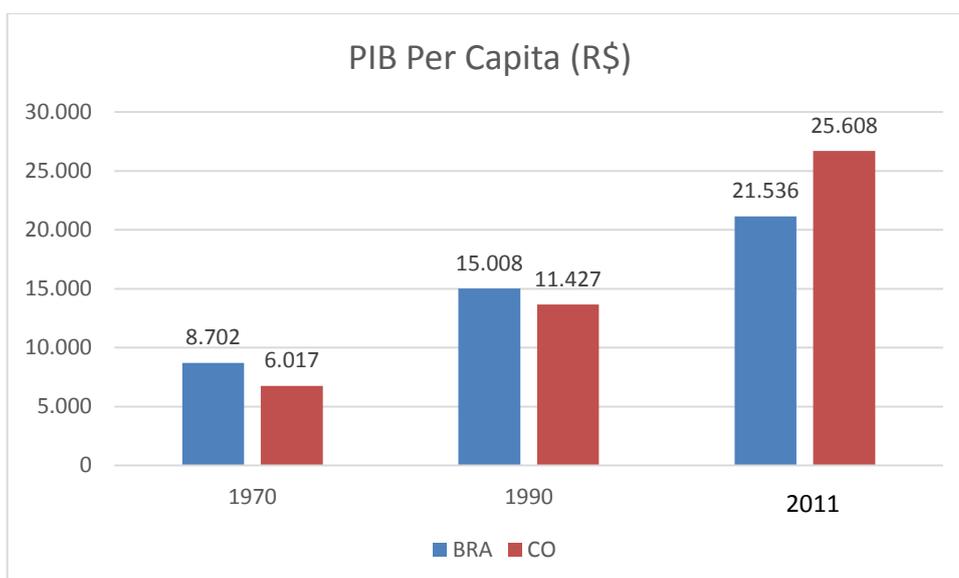
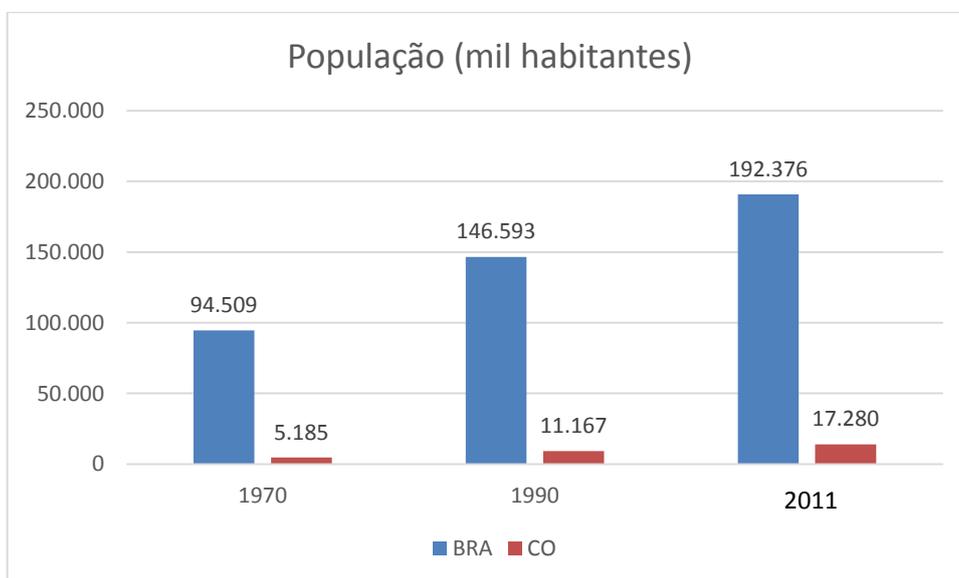
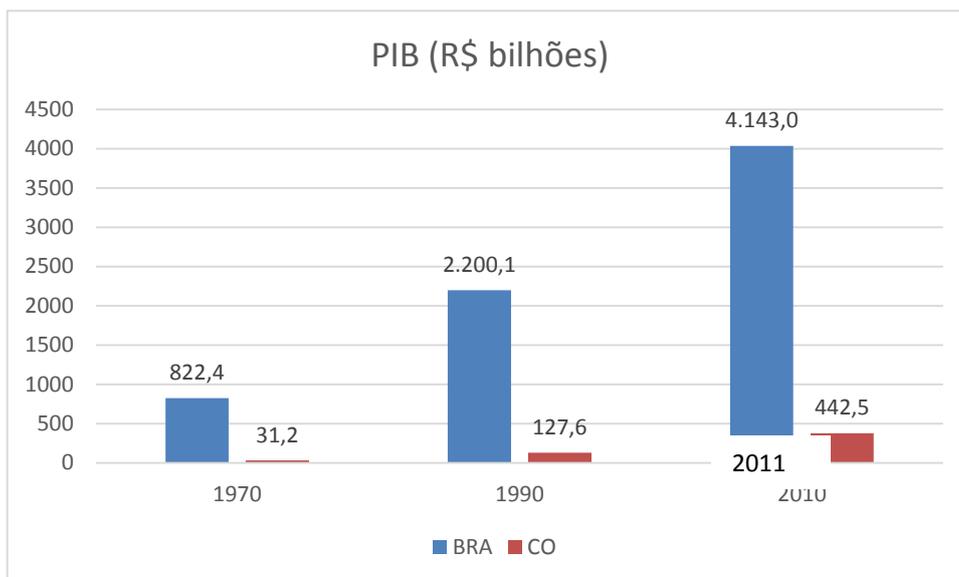
Quadro 4: Evolução do PIB, da população e do PIB per capita no Brasil e no Centro-Oeste, em valores constantes de 1970 a 2011.

Anos	PIB (R\$ bilhões)			População (mil hab)			PIB per capita (R\$)		
	BRA	CO	CO/BRA	BRA	CO	CO/BRA	BRA	CO	CO/BR A
1970	822,4	31,2	3,80	94.509	5.185	5,49	8.702	6.017	69,1
1975	1.329,1	55,8	4,20	107.145	6.610	6,17	12.405	8.442	68,1
1980	1.883,1	94,2	5,00	121.151	8.037	6,63	15.543	11.721	75,4
1985	2.004,2	106,2	5,30	132.999	9.602	7,22	15.069	11.060	73,4
1990	2.200,1	127,6	5,80	146.593	11.167	7,62	15.008	11.427	76,1
1995 (1)	2.559,3	230,4	9,00	158.875	12.655	7,97	16.109	18.206	113,0
2000	2.829,5	260,3	9,20	169.591	14.144	8,34	16.684	18.404	110,3
2002 (2)	2.943,7	285,2	9,69	175.428	14.714	8,39	16.780	19.383	115,5
2005	3.245,9	320,4	9,87	184.184	15.570	8,45	17.623	20.578	116,8
2011	4.143,0	442,5	10,68	192.376	17.280	8,98	21.536	25.608	118,9

Fonte: IBGE (1) Anos de mudança de metodologia para cálculo da Administração Pública (2) Mudança de base

Mesmo considerando-se o maior crescimento populacional da região, observa-se que o Centro-Oeste avançou de forma expressiva, em termos de PIB per capita, tendo passado de menos de 70% da média nacional, em 1970, para o patamar atual de 119%.

Gráfico 3. Evolução do PIB, População e PIB per capita no Brasil e Centro-Oeste de 1970 a 2011



Fonte: IBGE

1.3 FLUXOS MIGRATÓRIOS, CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E URBANIZAÇÃO

A população regional saltou de 8,04 para 17,3 milhões de habitantes entre 1980 e 2010, aumentando sua participação no total da população brasileira de 6,8% para 8,8%. Em 2013, a população atingiu, segundo estimativa do IBGE, 18,2 milhões, representando mais de 9% da população nacional. O crescimento populacional na região tem se situado em cerca de um ponto percentual ao ano acima da média nacional, sugerindo a absorção média anual superior a 100 mil migrantes. Estas correntes migratórias são majoritariamente provenientes do Nordeste (especialmente Bahia, Piauí e Maranhão) e de Minas Gerais, e mais recentemente incorporando parcelas expressivas advindas da Região Sul.

Segundo o Censo Demográfico de 2000, o contingente de migrantes representava expressivos 29,8% da população total da região, ao passo que apenas 11,7% no Sudeste; 11,4% no Norte; 5,5% no Sul; e 2,2% no Nordeste. Tais números revelam a importância das correntes migratórias para a região.

Uma parte expressiva, senão majoritária destes migrantes, por ser de origem rural e por estar se deslocando para uma região de fronteira agrícola, buscou uma colocação no campo. Mas, diferentemente do quadro existente no período 1960/80, devido à modernização e à capitalização da atividade agropecuária, o meio rural do Centro-Oeste não mais absorvia, mas ao contrário, suprimia postos de trabalho e expulsava população.

Desta forma, a alternativa para estas pessoas passou a ser o deslocamento para os centros urbanos da região, o que explica o excepcional crescimento da taxa de urbanização local. Esta movimentação significou um acentuado crescimento demográfico dos principais núcleos urbanos regionais, notadamente aqueles que polarizam as regiões agrícolas mais prósperas. Nestas cidades, tem ocorrido uma relativa oferta de empregos, seja no setor terciário voltado para o atendimento das demandas da atividade agropecuária; seja na emergente atividade agroindustrial ou mesmo como assalariado temporário em atividades agrícolas.

Estes centros urbanos consolidaram-se como polos das áreas onde predomina a atividade agrária moderna e capitalista, altamente tecnificada e de elevada produtividade, constituindo-se em verdadeiros bolsões de prosperidade, dividindo espaço com outras áreas onde prevalece uma agricultura atrasada, de subsistência e de baixíssima produtividade, e cujos núcleos urbanos encontram-se absolutamente estagnados.

A prosperidade do norte do Mato Grosso, capitalizada por Cuiabá, significou o vertiginoso crescimento desta cidade, que há décadas vivia mergulhada em profunda estagnação. Entre 1970 e 2010, o aglomerado urbano de Cuiabá/Várzea Grande saltou de 119 mil para 804 mil. A principal

cidade do norte do estado, Sinop, inexistente em 1970 e com 7,9 mil habitantes em sua área urbana em 1980, passou para quase 100 mil (94 mil) em 2010. No sudeste do estado, Rondonópolis se consolidou como principal centro urbano, tendo sua população crescido de 25 mil para 188 mil ao longo desses 40 anos.

Quase que uma continuidade do processo de expansão mato-grossense, a capital de Rondônia, Porto Velho, teve sua população urbana aumentada de 48 mil em 1970 para 400 mil em 2010. Ji-Paraná, polo agrícola no centro do estado, cresceu de zero para 105 mil no mesmo período.

No Mato Grosso do Sul, ocorreu a consolidação de Campo Grande, que passou de 131 mil para 777 mil habitantes e de Dourados, principal centro da rica região agrícola do sul do estado, cuja população urbana evoluiu de 32 mil em 1970 para 181 mil em 2010.

No Estado de Goiás, além das cidades situadas na Periferia Metropolitana de Brasília, foram as cidades da próspera região sul e sudoeste as que tiveram crescimento mais acelerado nestes 40 anos, com destaque para Rio Verde (de 27 mil para 164 mil), Itumbiara (34 mil para 89 mil), Jataí (27 mil para 81 mil) e Catalão (de 15 mil para 81 mil).

Quanto ao Tocantins, destacaram-se Araguaína, no norte do estado, cuja população urbana saltou de 17 mil em 1970 para 1043 mil em 2010; Gurupi, no sul do estado (de 16 mil para 75 mil) e a nova capital, Palmas, fundada em 1988 e já contava com 222 mil habitantes em 2010.

Deve-se mencionar também o extraordinário crescimento populacional neste período (1970 a 2010) das cidades-polos localizadas fora, mas bastante próximas da região em estudo, com as quais ela mantém intensas relações econômicas, compreendendo as cidades do Triângulo Mineiro, como Uberlândia (de 111 mil para 584 mil) e Uberaba (de 108 mil para 290 mil); do noroeste do estado, como Patos de Minas (de 45 mil para 128 mil) e Unaí (de 14 mil para 62 mil) e das novas áreas produtoras de grãos, como Barreiras, no oeste da Bahia (de 9,8 mil para 124 mil) e Balsas, no sul do Maranhão (de 7 mil para 73 mil).

A prosperidade destas áreas contrasta com a estagnação observada em vastas porções do território da região, como o centro-norte goiano, o leste e nordeste mato-grossense, o centro-norte e a zona pantaneira do Mato Grosso do Sul, o vale do Guaporé em Rondônia e a quase totalidade do território tocantinense.

2. A QUESTÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO CENTRO-OESTE

2.1 RAÍZES HISTÓRICAS DO BAIXO GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA REGIÃO

A discussão sobre a industrialização do Centro-Oeste vem de longa data e, em particular, do Distrito Federal, vem sendo travada desde a fundação da Capital. Durante vários anos, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, os investimentos industriais na região foram praticamente privados de incentivo do governo federal. Esta situação decorreu em parte da reduzida articulação política das lideranças regionais, assim como de uma percepção equivocada de que a vocação da região estava na atividade agropecuária, notadamente no binômio grãos/gado. E deve-se observar que este período correspondeu precisamente a fase de mais acelerada industrialização do País.

Em relação especificamente ao Distrito Federal, tem raízes na própria concepção da cidade, visto que esta foi planejada para desempenhar exclusivamente funções de natureza político-administrativas. Durante muitos anos os investimentos industriais não somente deixaram de ser fomentados no Distrito Federal, mas foram mesmo desestimulados. Deve-se destacar também que fatores ambientais tiveram também influência decisiva nesta orientação.

Nas décadas de 1960 e 1970, que corresponderam à fase de mais acelerada industrialização do País, a ausência de estímulo à atividade industrial não atingiu apenas Brasília, mas praticamente toda a Região Centro-Oeste. Não por acaso, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) foi a última superintendência de desenvolvimento regional a ser criada, posteriormente à criação da SUDENE, SUDAM e SUDESUL; a que dispôs de menor estrutura por parte do Governo Federal e a primeira a ser extinta.

Mais do que isto, enquanto as demais regiões foram contempladas com instituições financeiras federais de fomento, tais como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), na Região Nordeste; o Banco da Amazônia (BASA), na Região Norte e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), na Região Sul, o Centro-Oeste ficou privado de tal instrumento, de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento econômico, particularmente o industrial.

Não obstante o avanço ocorrido nas duas últimas décadas, o Centro-Oeste permanece com um baixíssimo grau de industrialização de sua economia, situando-se no último posto entre as cinco macrorregiões do País, tendo respondido em 2011 por cerca de 5,7% da produção industrial do país, muito inferior à participação da região no PIB nacional (10,7%). Esta participação, contudo, já foi bem inferior. De apenas 0,8% em 1970, subiu para 1,1% em 1980; 1,8% em 1990; 2,8% em 1995; 3,6% em 2000 e 4,1% em 2005. Observa-se o forte incremento nos últimos 6 anos. Para

efeito de comparação, Santa Catarina, com população equivalente a um terço da existente no Centro-Oeste, ostentava em 2011 participação de 6,4% no PIB industrial nacional.

Certamente que o baixo grau de industrialização da Região está relacionado à inegável vocação do Centro-Oeste para a atividade agropecuária e à formação muito recente de sua economia. Mas talvez o fator decisivo tenha sido o fato do Estado Brasileiro, na fase mais importante do desenvolvimento industrial, quando teve papel ativo na definição da localização dos investimentos industriais (por meio de projetos estatais ou de políticas que favoreciam a desconcentração industrial) não ter dedicado ao Centro-Oeste a mesma atenção dedicada às demais regiões periféricas (Nordeste, Norte e Sul).

Do mesmo modo, não houve nenhum grande investimento industrial estatal na região, como, por exemplo, a Zona Franca de Manaus e o Projeto Grande Carajás na Região Norte; o Polo Petroquímico de Camaçari e o Complexo de Suape no Nordeste e o Polo Petroquímico de Triunfo e a Refinaria de Araucária na Região Sul. Não é fortuito, portanto, o reduzido grau de industrialização regional.

2.2 O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Por essas razões e decorrente deste “desaparelhamento”, o Centro-Oeste ficou às margens do processo de desconcentração espacial da atividade industrial, em curso no país nos últimos quarenta anos, com o deslocamento dessas atividades das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro para outras regiões.

Em 1970, as duas regiões metropolitanas respondiam por 57% do Valor da Transformação Industrial (VTI) do Brasil, percentual que diminuiu para 27% em 2011. Esses 30% do VTI direcionaram-se aos estados da Região Sul, ao centro-sul de Minas Gerais e, especialmente, ao interior de São Paulo. O Centro-Oeste e Brasília, mais uma vez se viram excluídos.

Em 1970, 57% do produto industrial brasileiro concentrava-se nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro (44% e 13%, respectivamente). Já em 1990, havia refluído para 33,4%. O deslocamento se deu sobretudo em direção à Região Sul (de 12% para 17,4%), a Minas Gerais (de 6,3% para 8,8%), e notadamente ao interior de São Paulo (de 14% para 23%).

Entre 1990 e 2011, esse processo se acentuou, tendo a participação das duas metrópoles nacionais reduzida para apenas 25%. Formou-se um novo polígono industrial, que tem como limites a Grande Vitória, Região Metropolitana de Belo Horizonte, as aglomerações urbanas de Uberlândia, São José do Rio Preto e Londrina e a Região Metropolitana de Porto Alegre, ficando o Centro-Oeste e Brasília precisamente no limite externo deste polígono.

Para alguns autores, como Diniz e Crocco em “Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas”, esse processo constitui-se na verdade numa nova reconcentração, só que envolvendo um território muito mais amplo que as duas grandes áreas metropolitanas do País.

Nos últimos anos, volumosos investimentos têm sido feitos nesta área (Gasodutos Brasil-Bolívia e São Paulo-Porto Alegre; Hidrovia do Paraná-Tietê; Rodovia do Mercosul), inversões que tendem a acentuar as vantagens comparativas locais desta região em relação às demais áreas do País. A simples observação do mapa permite constatar que o Eixo Brasília - Anápolis-Goiânia fica exatamente no limite exterior deste contorno, do processo de desconcentração espacial da indústria, assim como tem ficado também às margens desses novos investimentos em infraestrutura.

O desafio para a região é se inserir no “novo mapa” da localização industrial brasileira e capitalizar parte desse processo de desconcentração industrial ainda em curso. Deve-se destacar ainda a relativa proximidade do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia com o eixo dinâmico da economia nacional.

Aliás, o acentuado crescimento nos últimos anos de algumas cidades médias (Joinville, Caxias do Sul, Londrina, Uberlândia, Vitória), e mesmo metrópoles (Curitiba, Campinas, Fortaleza) com base na expansão industrial vem desmistificar o argumento daqueles que hoje descartam a indústria como fator de desenvolvimento econômico, e que em Brasília, constitui-se num contingente numeroso e influente.

O argumento apresentado é que Brasília deve desenvolver-se apenas como centro prestador de serviços, notadamente os de alta especialização. Inicialmente, deve se ter claro que as duas opções (indústria e serviços) não são excludentes, pelo contrário. A análise das experiências internacionais bem sucedidas de forte desenvolvimento e especialização em serviços de algumas metrópoles (Boston e Baltimore, nos EUA, Frankfurt e Paris, na Europa) revela que o notável desenvolvimento, nestas metrópoles, de serviços especializados, foi enormemente facilitado pela ampla base industrial existente em suas regiões.

Isto ocorre porque parcela determinante destes serviços é demandada exatamente pelo setor industrial. Para não irmos tão longe, basta verificarmos o caso da região metropolitana de São Paulo, maior e mais complexo centro de prestação de serviços do País, e não por acaso, seu maior centro industrial.

2.3 AS OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO E A EXPANSÃO INDUSTRIAL

Alguns gargalos persistem e entram as perspectivas de um efetivo desenvolvimento industrial, e eles se localizam principalmente na área de infraestrutura econômica. Dessa forma, a realização de investimentos em infraestrutura é uma condição básica para a Região dar um salto em seu processo de desenvolvimento. Algumas condições para almejar este objetivo estão dadas como a existência de um amplo mercado consumidor e de renda acima da média nacional, alto grau de instrução da população, uma razoável infraestrutura econômica, uma variada disponibilidade de insumos industriais e ampla base produtiva no setor agropecuário.

Somente a Área Metropolitana de Brasília representa hoje um mercado de 4,0 milhões de pessoas, com renda disponível para consumo superior a R\$ 90 bilhões, e se considerarmos o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, este mercado ascende a 6,8 milhões, com renda disponível para consumo de quase 140 bilhões de reais, o 3º maior mercado do País, superado apenas pelas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Enfim, as condições para o desenvolvimento industrial no Distrito Federal são amplamente favoráveis, devendo a sociedade local se armar de uma estratégia para a sua efetiva promoção. E a industrialização da Área Metropolitana de Brasília, particularmente de sua periferia metropolitana, pode ser um dos caminhos, talvez o principal, para a resolução dos graves problemas que a atingem.

Se no caso do Distrito Federal a estratégia de industrialização deve focar os segmentos intensivos em capital e tecnologia (informática, por exemplo), no caso do Entorno Metropolitano a estratégia deve visar atrair os segmentos intensivos em mão de obra (alimentação e bebidas, calçados e confecções, metalurgia, mobiliário etc), mais adequados ao perfil local, e geraria pelo menos quatro consequências diretas e positivas para o DF: a) reduziria a pressão sobre o mercado de trabalho do DF; b) atrairia investimentos em atividades de apoio ao setor industrial (serviços de manutenção, financeiros, de transporte, comercialização etc) que em boa parte se instalariam no DF; c) aumentaria o poder aquisitivo da população local, que em larga medida seria dispendido no DF; e d) aumentaria a capacidade de arrecadação das prefeituras locais e, conseqüentemente, a capacidade de investimento na ampliação e melhoria dos serviços e equipamentos urbanos, reduzindo a pressão sobre os mesmos do DF.

O que Brasília tem de singular? A principal vocação estratégica de Brasília, ou mais precisamente do Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, continua sendo a sua condição de “portão de entrada” para a mais dinâmica região do país, estando na origem de dois dos principais eixos de conexão: ao sul, com os principais mercados consumidores e grandes portos exportadores (Santos,

Paranaguá, Sepetiba e Tubarão) e ao norte, com os portos de Itaqui (São Luís) e Vila do Conde (Belém).

Em síntese, as escalas das transformações ocorridas na Região Centro-Oeste no último século, e, particularmente, nas últimas cinco décadas, foram de tal magnitude que colocaram a região numa situação de relativo destaque no cenário nacional. Hoje, contudo, trata-se de definir novos rumos, e a questão da industrialização tem enorme relevância. Deve-se, portanto, buscar a industrialização como forma de dar um salto qualitativo em sua estrutura produtiva, estabelecendo como desafio a transposição da linha divisória do novo mapa da realocação da indústria brasileira, inserir-se dentro desta nova fronteira e capitalizar parte deste processo ainda em curso.

2.4 PRINCIPAIS OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O processo de desenvolvimento do Oeste brasileiro, se por um lado levou a região a um rápido processo de crescimento, por outro levou a uma configuração econômica que, de algum modo, atua como obstáculos a um pleno desenvolvimento da região: a forte predominância do binômio grãos/gado na atividade econômica e a conformação espacial dicotômica, onde convivem regiões modernas e atrasadas. Ainda como obstáculo de peso, aparece a precariedade da infraestrutura, particularmente na área de transportes e energia.

A extrema especialização da economia regional na atividade agropecuária, não obstante o excepcional avanço tecnológico nesta área, expressa, por outro lado, um notável atraso na esfera industrial, com a região respondendo por pouco mais de 5% da produção industrial nacional, percentual baixíssimo se considerarmos que a região participa com quase 11% do PIB nacional.

Quanto à distribuição espacial da atividade econômica, o que se observa é a coexistência de bolsões de prosperidade com regiões agrícolas atrasadas e deprimidas, decorrente do modelo agrário da região.

O fosso verificado no campo se repete na rede urbana, emergindo prósperas cidades no coração das ricas zonas agrícolas, especializadas, com uma expressiva expansão da oferta de empregos, seja no setor terciário voltado para o atendimento das demandas da atividade agropecuária, seja na emergente atividade agroindustrial (indústria de esmagamento e processamento de soja e outras leguminosas, a indústria de ração animal, a indústria frigorífica, principalmente carne bovina, e a indústria de laticínios). Nas zonas agrícolas atrasadas, os centros urbanos, de pequeno porte e estagnados, tornaram-se exportadores de mão-de-obra não qualificada para as regiões dinâmicas.

Conforme visto, a economia da Região Centro-Oeste está fortemente concentrada no setor agrário. Na safra 2013, respondeu por 43,5% da produção nacional de grãos. Nos últimos anos tem se desenvolvido o setor industrial diretamente vinculado à produção agrária, o chamado complexo agroindustrial. Da mesma forma, tiveram grande expansão os setores voltados para o suprimento do setor agrícola, como a indústria de fertilizantes, de sementes e de implementos agrícolas. Em consequência do desenvolvimento dos setores agrário e agroindustrial, ocorreu uma forte expansão do setor terciário, estimulado também por expressivos investimentos em infraestrutura e pela demanda de uma população em forte expansão e em crescente processo de urbanização.

2.5 OS PONTOS DE ESTRANGULAMENTO NA INFRAESTRUTURA

É preciso ter claro que a consolidação do processo de desenvolvimento, e num sentido mais específico, de industrialização da região não se dará por acaso. Se é verdade que algumas condições fundamentais estão dadas, como a existência de um amplo mercado consumidor e grande disponibilidade de vários insumos industriais, há grandes entraves na área de infraestrutura, e uma boa oferta neste setor é fator decisivo na alocação dos investimentos industriais.

Ocorre que, nos últimos anos, os principais investimentos em infraestrutura têm se concentrado no polígono anteriormente descrito, tais como a Rodovia do Mercosul (duplicação das rodovias que interligam Belo Horizonte - São Paulo - Curitiba - Florianópolis - Porto Alegre); o gasoduto Brasil - Bolívia; a Hidrovia do Paraná - Tietê etc, inversões que tendem a acentuar as vantagens comparativas locais desta região em relação às demais áreas do País.

Não obstante o expressivo desempenho da economia regional nos últimos anos, o Centro-Oeste ainda apresenta inúmeros gargalos em sua infraestrutura que impedem uma melhor performance de sua economia. Tais gargalos encontram-se notadamente nas áreas de transportes e de energia. A insignificante malha ferroviária regional, a insuficiente e precária rede rodoviária e a subutilizada rede hidroviária acarretam graves dificuldades para o escoamento da enorme e crescente safra de grãos, tanto para os principais centros urbanos do País quanto para o mercado externo.

Investimentos em logística:

Setor de Transportes

Dada suas características específicas, de grande produtora de commodities e que precisam percorrer grandes distâncias, tanto em relação aos grandes centros consumidores quanto aos principais portos exportadores, a infraestrutura de transportes assume uma importância vital para a região. Atualmente, a insuficiente e precária rede rodoviária, a insignificante malha ferroviária

regional e a subutilizada rede hidroviária acarretam graves dificuldades para o escoamento da enorme e crescente safra de grãos.

Ao nos defrontarmos com os problemas na logística de transportes, emerge o debate sobre as várias alternativas que existem, e que efetivamente não tem sido devidamente consideradas. Tal situação deriva do desmonte da área de planejamento de transportes ocorrida no País nos últimos anos. Análise elementar, entretanto, revela que são várias as alternativas de escoamento da produção agrária regional, com amplas vantagens comparativamente à realizada pelos portos de Santos e Paranaguá. Essas várias alternativas de escoamento envolvem as três modalidades de transporte.

A Região Centro-Oeste tem dois principais eixos de conexão:

- a) Ao sul, com os principais mercados consumidores do País e grandes portos exportadores (Santos, Paranaguá, Sepetiba e Tubarão);
- b) Ao norte, com os portos de Itaqui, Belém e Vila do Conde e os localizados ao longo do rio Amazonas (Santarém e Miritituba), possibilitando acesso privilegiado aos mercados europeu, caribenho e norte americano.

Há, ademais, duas outras conexões secundárias:

- a) Com os portos do Pacífico (Ilo, Mollendo e Matarani, no Peru e Antofagasta, Arica e Iquique, no Chile), pela nova rodovia Transoceânica, possibilitando acesso aos mercados da Bacia do Pacífico com redução significativa nos custos de transporte das exportações de grãos direcionadas ao mercado asiático
- b) Com a Bacia do Prata (rios Paraguai e Paraná), conectada aos mercados do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai).

São muitos os investimentos em infraestrutura necessários para alavancar a competitividade da atividade agropecuária regional e impulsionar um processo de industrialização. Em relação a ampliação e melhoria da malha rodoviária, além dos já citados, outros projetos são fundamentais para a região: pavimentação da BR-163 entre Guarantã do Norte (MT) e Santarém (PA), possibilitando o escoamento da safra do centro-norte matogrossense com os portos da calha do rio Amazonas (Miritituba e Santarém) e a pavimentação da BR-158 entre Ribeirão Cascalheira (MT) e fronteira MT/PA, possibilitando o escoamento da safra do leste matogrossense pelos portos de Itaqui (MA) e Vila do Conde (PA).

No plano rodoviário, devem ser citados ainda a pavimentação dos trechos da BR-230 (Transamazônica) entre Altamira e Marabá (500 Km) e entre Altamira e Rurópolis (300 Km),

conectando as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Também a pavimentação da BR 319, ligando Manaus a Porto Velho e a construção de uma rodovia entre Itaituba e Itacoatiara (400Km), permitindo a ligação exclusivamente por via rodoviária entre Manaus e o Centro-Sul do País, através da BR-163.

Em relação à ampliação da malha ferroviária na região, dois projetos estão em curso: a) a extensão da Ferronorte, desde Alto Araguaia, que já alcançou Rondonópolis e deve seguir até Cuiabá (facilitando a ligação do território mato-grossense com os portos de Santos e Paranaguá) e b) a extensão da Ferrovia Norte-Sul, que já alcançou Anápolis e segue na direção de São Paulo (conectando-o com o porto de Itaqui). Nesse cenário, o porto de Itaqui surge como uma excepcional alternativa para o escoamento da produção da Região Centro-Oeste, pela proximidade com as regiões produtoras, por ser um porto não-saturado, apropriado a atracagem de super-graneleiros e por estar mais próximo dos mercados consumidores do Hemisfério Norte.

Destaque ainda para os projetos de implantação, pela Valec, da Ferrovia Leste-Oeste (FIOL), ligando Figueiropolis (TO), no traçado da Ferrovia Norte-Sul, ao porto de Ilhéus (BA) e da Ferrovia Centro-Oeste (FICO), ligando Uruaçu (GO), também na Ferrovia Norte-Sul, às cidades de Lucas do Rio Verde (MT) e Vilhena (RO), interligando o porto de Ilhéus (BA) às regiões graníferas do Oeste da Bahia, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia. Deve ainda ser mencionado o projeto da Ferrovia Transcontinental, ligando Uruaçu, também no traçado da Ferrovia Norte-Sul ao porto de Açú, no litoral de Campos (RJ).

Na área hidroviária, merecem destaque: a) melhorias na Hidrovia do Madeira, entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM); b) prolongamento da Hidrovia Paraná - Tietê até Anhanguera (GO); c) investimentos na Hidrovia do Paraguai; d) aprofundamento dos estudos de viabilidade das Hidrovias do Araguaia - Tocantins e do Teles Pires - Tapajós.

Em suma, a realização desses vultosos investimentos em infraestrutura é uma condição básica para a Região dar um salto em seu processo de desenvolvimento.

Setor de Energia

A matriz energética nacional deverá passar por sensível transformação nos próximos anos, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE 2006-2015) do Ministério das Minas e Energia. Algumas fontes, como o gás natural, a biomassa, o carvão e a nuclear devem aumentar suas participações na matriz, com o deslocamento principalmente da energia hidráulica.

Toda a região Brasil Central, com exceção de Rondônia e do noroeste de Mato Grosso, está atualmente interligada ao sistema nacional, havendo, todavia, previsão de interligação dessas duas

regiões, com a conclusão da Linha de Transmissão Samuel (RO) - Jauru (MT), com 947 Km de extensão.

O PDEE, em seu cenário de expansão da oferta de energia, prevê grandes investimentos na região. Em relação às usinas hidrelétricas, destacam-se as seguintes:

- Estreito, no rio Tocantins, com potência de 1.087 MW;
- Dardanelos, no rio Aripuanã, com 261 MW;
- Jirau, no rio Madeira, com 3.300 MW;
- São Salvador, no rio Tocantins, com 243 MW ;;
- Santo Antônio, no rio Madeira, com 3.150 MW;
- Água Limpa, no rio das Mortes, com 320 MW;
- Serra Quebrada, no rio Tocantins, com 1.328 MW;
- Tocantins, no rio Tocantins, com 480 MW;
- Torixoréu, no rio Araguaia, com 408 MW; e
- Tupirantins, no rio Tocantins, com 620 MW.

Em relação às usinas termelétricas, o principal projeto é da UTE de Três Lagoas (MS), movida a gás natural, com potência de 350 MW.

A ampliação da oferta de energia na região a partir do gás natural deverá se dar com base na disponibilidade do insumo oriundo dos campos de produção bolivianos (o gasoduto Brasil-Bolívia corta o Mato Grosso do Sul, um ramal desse gasoduto chega à Cuiabá e um outro ramal está em estudos, devendo alcançar Goiânia e Brasília, a partir de São Carlos (SP), passando pelo Triângulo Mineiro) e do campo de Urucu (AM), com a construção do gasoduto que levará o gás até Porto Velho. Outra fonte de energia que deve experimentar forte expansão de sua oferta na região é a oriunda de biomassa, que é tratada de forma detalhada mais adiante, quanto ao seu impacto na produção agrícola.

2.6 AS POTENCIALIDADES SETORIAIS

Agroindustrial

A Região Centro-Oeste apresenta um enorme potencial de crescimento econômico, particularmente, no setor agroindustrial. Destaque maior para a sojicultura. Estima-se que a produção regional de soja deverá saltar do atual patamar de pouco mais de 30 milhões de toneladas para cerca de 70 milhões em 2020, devendo ocorrer intenso deslocamento do parque industrial de esmagamento de grãos, assim como de abate e processamento da avicultura e suinocultura.

Também a produção de outras culturas deve experimentar forte expansão, notadamente o algodão e a cana-de-açúcar. Na base desta expansão está o fato de ser esta uma das poucas regiões do mundo com possibilidades de ampla expansão da área agricultável, associado ao forte avanço da produtividade que se tem obtido na região. Do mesmo modo, estima-se expressivo crescimento da pecuária bovina, notadamente da leiteira.

A cana-de-açúcar merece, inclusive, apreciação especial, devendo a Região Centro-Oeste ser o principal foco da ampla expansão da produção brasileira de etanol prevista para os próximos dez ou quinze anos, e que deverá transformá-lo no principal exportador mundial desta commodity. Na base deste crescimento está o fato de ser esta uma das poucas regiões do mundo com possibilidades de ampla expansão da área agricultável, associado ao forte avanço da produtividade que se tem obtido na região. Do mesmo modo, estima-se expressivo crescimento da pecuária bovina, notadamente da leiteira, assim como da avicultura e suinocultura.

A expansão da base produtiva agropecuária deve propiciar aceleração do crescimento das atividades industriais e de serviços a ela associadas, como a produção de insumos, como fertilizantes e sementes, de máquinas e implementos agrícolas, de serviços de transportes, de armazenamento e financeiros. Análise preliminar das possibilidades de consolidação da estrutura produtiva local, envolvendo os segmentos tradicionais e com maior vocação na região, por meio de estratégias que resultem em uma maior agregação de valor à produção, permite considerar as seguintes cadeias produtivas:

- a) Grãos: desenvolvimento do segundo ciclo (plantas de esmagamento e processamento) e do terceiro (avicultura e suinocultura);
- b) Pecuária bovina: desenvolvimento da indústria frigorífica, de laticínios e de beneficiamento e industrialização do couro;
- c) Algodão: beneficiamento da pluma e da indústria têxtil;
- d) Madeira: beneficiamento da madeira, da indústria de mobiliário e de celulose e papel;
- e) Minério: beneficiamento da bauxita (alumina e alumínio) das minas de Oriximiná;
- f) Recursos Florestais: beneficiamento da produção extrativa local;
- g) Outros segmentos: desenvolvimento de indústrias de bens de consumo e voltadas ao suprimento das demandas do parque produtivo agrícola (implementos agrícolas, sementes, fertilizantes, etc).

Agroenergia

A crescente demanda por energia no planeta e o esgotamento das fontes energéticas não renováveis, particularmente petróleo, gás natural e carvão mineral, aumentaram a procura e o valor

de fontes energéticas alternativas e renováveis. Entre essas fontes, algumas aproximam-se de sua capacidade potencial, como a hidroelétrica, outras enfrentam fortes resistências, como a nuclear, e algumas outras buscam ainda se viabilizarem economicamente, como a energia solar e a eólica.

Uma das alternativas renováveis que tem ganho progressiva participação na matriz energética mundial é a derivada da biomassa. Resultante do óleo extraído do processo de esmagamento de plantas (ou da queima dos resíduos do processo), a energia derivada da biomassa, como o etanol e o biodiesel, tem um imenso potencial de produção no Brasil por se tratar de um dos países com maior disponibilidade de terras agricultáveis do planeta, principalmente, na Região Centro-Oeste, que é a que dispõe de maiores extensões de terra no País. A demanda mundial de etanol e biodiesel tem apresentado um ritmo de crescimento da ordem de 8% ao ano.

Setor sucroalcooleiro: etanol

A produção de etanol no Brasil está quase que exclusivamente vinculada ao uso da cana-de-açúcar como matéria-prima, muito embora outras culturas agrícolas como o milho e o sorgo sejam comumente utilizadas em outros países.

A produção de cana-de-açúcar do Brasil é, disparadamente, a maior do mundo, situando-se atualmente no patamar de quase 700 milhões de toneladas/ano. Dessa imensa produção, resulta uma produção de 35 milhões de toneladas de açúcar e cerca de 30 bilhões de litros de álcool, sendo que o excedente exportável supera 3 bilhões de litros. Mais da metade da produção nacional é gerada em São Paulo, mas o Centro-Oeste (incluindo a mesorregião mineira do Triângulo) já responde por cerca de 20% da oferta nacional.

A projeção da CONAB/MAPA é de que a produção nacional de cana cresça de forma expressiva até 2015, alcançando 806 milhões de toneladas, permitindo a produção de 45,3 milhões de toneladas de açúcar e 36,0 bilhões de litros de álcool.

Ao se analisar a evolução da produção entre 1990 e 2007, observa-se que a área cultivada com cana-de-açúcar alcançou neste ano 7,22 milhões de hectares, crescimento de 67% sobre a área cultivada em 1990 (4,32 milhões de hectares). Em 2007, o cultivo da cana no Brasil estava fortemente concentrado em São Paulo (56,3% do total), secundado pela Região Nordeste (16,1%), aparecendo em terceira posição a Região Centro-Oeste (10,5%), seguida pelo Paraná (7,2%) e Minas Gerais (5,8%), sendo que, neste estado, cerca de 55% da área cultivada se situa na mesorregião do Triângulo e Alto Paranaíba.

Ocorre que, nesses últimos anos, o incremento na área cultivada com cana se deu de forma mais acentuada no Centro-Oeste. Junto com a mesorregião mineira do Triângulo, a área cresceu

343 mil hectares em 1990 para 983 mil hectares em 2007, crescimento de 187%, incorporando 640 mil hectares ao cultivo da cana (22% do acréscimo da área no País). Deve-se registrar que São Paulo registrou também crescimento excepcional na área cultivada com cana, de 124% entre 1990 e 2007, ocupando áreas anteriormente destinadas a pecuária bovina ou a produção de grãos. Este processo de substituição, contudo, tem seus limites, em função da exiguidade do território, devendo o Centro-Oeste ocupar percentuais cada vez maiores no total da área cultivada com cana-de-açúcar no Brasil.

A vastidão territorial, o clima apropriado, a fertilidade das terras, a disponibilidade hídrica, sua topografia, a insolação e o ainda relativamente baixo preço da terra tornam a Região Centro-Oeste a área mais propícia para o incremento do plantio de cana no Brasil. Estima-se que dos 22 milhões de hectares apropriados ao seu cultivo no País, cerca de 15 milhões estejam no Centro-Oeste. Precisamente por esse motivo, dos quase 15 bilhões de dólares previstos de investimentos pelo setor sucroalcooleiro no Brasil, cerca de 1/3 vão ocorrer na região (incluindo o Triângulo Mineiro).

A estimativa para 2015 é de um plantio de 10,2 milhões de hectares com cana-de-açúcar no Brasil, com a incorporação de 3 milhões de hectares ao plantio da cultura. Desse total, pode-se estimar que entre 30% e 50% desse incremento se dê no Centro-Oeste, elevando a área cultivada com cana na região para 2,0 a 2,5 milhões de hectares em 2015, com produção entre 150 e 200 milhões de toneladas.

O biodiesel

O biodiesel é um tipo de óleo diesel produzido a partir do esmagamento de sementes oleaginosas ou leguminosas (soja, mamona, dendê, girassol, algodão, colza, etc), cujo produto deve ser misturado ao óleo diesel obtido através do refino do petróleo. A demanda de óleo diesel no Brasil, segundo a Petrobras, deverá alcançar a marca de 50 bilhões de litros em 2015. Como a legislação já ampliou a adição de 2% para 3%, e, posteriormente para 5% a mistura do biodiesel ao diesel produzido nas refinarias de petróleo, a demanda de biodiesel no Brasil alcançará em 2015 o volume de 2,5 bilhões de litros.

A partir de 2013 (etapa que poderá ser antecipada para 2010), o percentual de adição poderá subir para 7,5%, resultando em demanda de pelo menos 3,5 bilhões de litros de biodiesel. Deve ser destacado também que a Petrobras desenvolveu um outro tipo de biodiesel, puro, o chamado HBio, que, diferentemente dos demais, é produzido a partir do óleo vegetal nas próprias refinarias de petróleo, não necessitando de mistura com o diesel de petróleo.

A demanda mundial, por sua vez, também é explosiva, devendo, segundo estimativa do Credit Suisse Group, atingir 21,0 bilhões de litros em 2015, sendo a maior parte constituída pelo consumo da União Europeia, que determina a mistura de 5,75% de biodiesel em todos os combustíveis automotivos. A União Europeia tem como meta para 2020 ter 25% de sua matriz energética seja representada por biocombustíveis, sendo que metade deverá ser importada.

Setor mineral

Muito embora a região não comporte grandes reservas minerais, na dimensão das que são encontradas na região central de Minas Gerais e na província mineral de Carajás, no Pará, a atividade mineral revela um grande potencial na Região Centro-Oeste, particularmente em algumas de suas sub-regiões. O estado de Goiás, por exemplo, é o maior produtor nacional de níquel, com produção superior a 30 mil toneladas em minas localizadas no município de Niquelândia, norte do estado. O estado destaca-se também na produção de amianto crisolita (município de Minaçu, também na região norte), com 230 mil toneladas; nióbio (municípios de Catalão e Ovidor), com 5 mil toneladas de concentrado, além do ouro (9 mil Kg).

Outro minério importante no estado é a rocha fosfáltica (município de Catalão, no sudeste), com 2,35 milhões de toneladas. Deve-se mencionar a ocorrência em grande volume desse minério na região do Triângulo Mineiro. O Grupo Fosfertil/Ultrafertil, maior produtor nacional, investe na ampliação do complexo minero-químico de Catalão e no aumento da produção de ácido fosfórico no complexo de Uberaba. Já a Copebras (Grupo Anglo American) investe na ampliação de fertilizantes. Já são dez empresas misturadoras de adubos operando no município.

Na produção de níquel, dois projetos se destacam. A Cia. Níquel Tocantins (Grupo Votorantim) tem em curso investimentos de R\$ 900 milhões no estado, sendo R\$ 300 milhões na ampliação da jazida e R\$ 600 milhões na planta industrial de ferro-níquel, também em Niquelândia. Já a Codemin (Grupo Anglo American) está investindo R\$ 1 bilhão na mina de Barro Alto e na implantação de uma planta industrial para a produção de liga de ferro-níquel, integralmente destinada ao mercado externo. Quanto ao nióbio, a Anglo American Brasil Ltda realiza investimentos na ampliação de sua planta industrial em Catalão. Em relação ao amianto, a sua exploração é realizada pela Sociedade Anônima Mineração Amianto (SAMA), desde 1967 na mina de Cana Brava.

No Estado de Mato Grosso do Sul, ocorre a produção de minério de ferro e de minério de manganês no maciço de Urucu, município de Corumbá. O volume da produção, comparando-se com o de Minas Gerais e do Pará, é reduzido, mas há um projeto de construção de uma planta siderúrgica na região. No Mato Grosso, a exploração mineral teve alguma importância na década

de 1980 com o garimpo de ouro no extremo norte do estado, notadamente em Alta Floresta, Peixoto de Azevedo e Matupá. Atualmente a atividade mineral é quase nula no estado.

Já o Estado de Rondônia apresenta importante produção de minério de cassiterita (estanho contido), com ocorrência principalmente no município de Ariquemes, obtido principalmente pela atividade de garimpo. Por fim, no Estado de Tocantins, o setor mineral não apresenta relevância econômica e tampouco potencial significativo.

Segmentos industriais dinâmicos

Os segmentos industriais mais dinâmicos praticamente não têm expressão na economia regional. No setor metal-mecânico, por exemplo, registra-se apenas a planta da Mitsubishi, em Catalão e a montagem de carros da Hyundai em Anápolis. No setor químico-petroquímico não há registro de investimentos importantes. Dificilmente no curto prazo essa situação deva se alterar, pois depende da adoção de políticas específicas.

3. CENÁRIOS DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO.

A Região Centro-Oeste tende a continuar sendo, pelo menos nos próximos 20 ou 30 anos, a região de melhor desempenho econômico do País, em face notadamente de seu enorme potencial no setor agropecuário (setor em que o Brasil deverá assumir uma posição de crescente destaque) e das perspectivas de desenvolvimento a ele associadas.

O planejamento das ações futuras para o Distrito Federal e sua região visando a superação dos entraves ao seu pleno desenvolvimento demanda a elaboração dos possíveis cenários para as principais variáveis, particularmente demográficas e econômicas.

3.1 A PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NO CENTRO-OESTE E NO DF

Em relação ao cenário demográfico, o Quadro 5 apresenta as estimativas do IBGE para o crescimento populacional na região até 2030. Observa-se que há clara tendência de expressiva desaceleração do crescimento populacional na região, pois se entre 1960 e 1980 a população cresceu de 3,01 para 8,04 milhões, expansão de 167%, nas duas décadas seguintes, entre 1980 e 2000, quando a população atingiu 14,2 milhões, a expansão foi de 77%.

Quadro 5: Estimativas populacionais para a região Centro-Oeste até 2030

UF/Anos	2015	2020	2025	2030
BRASIL	200.881,7	207.143,2	212.430,0	216.410,0
CENTRO-OESTE	18.708,6	19.952,9	21.137,0	22.182,0
DF	2.809,9	3.016,8	ND	ND
GO	6.660,6	7.115,3	ND	ND
MS	2.579,1	2.716,6	ND	ND
MT	3.307,7	3.528,1	ND	ND
RO	1.795,8	1.910,0	ND	ND
TO	1.556,5	1.666,1	ND	ND
CO/BRA (%)	9,31	9,63	9,95	10,25

Fonte: IBGE e Projeções Codeplan

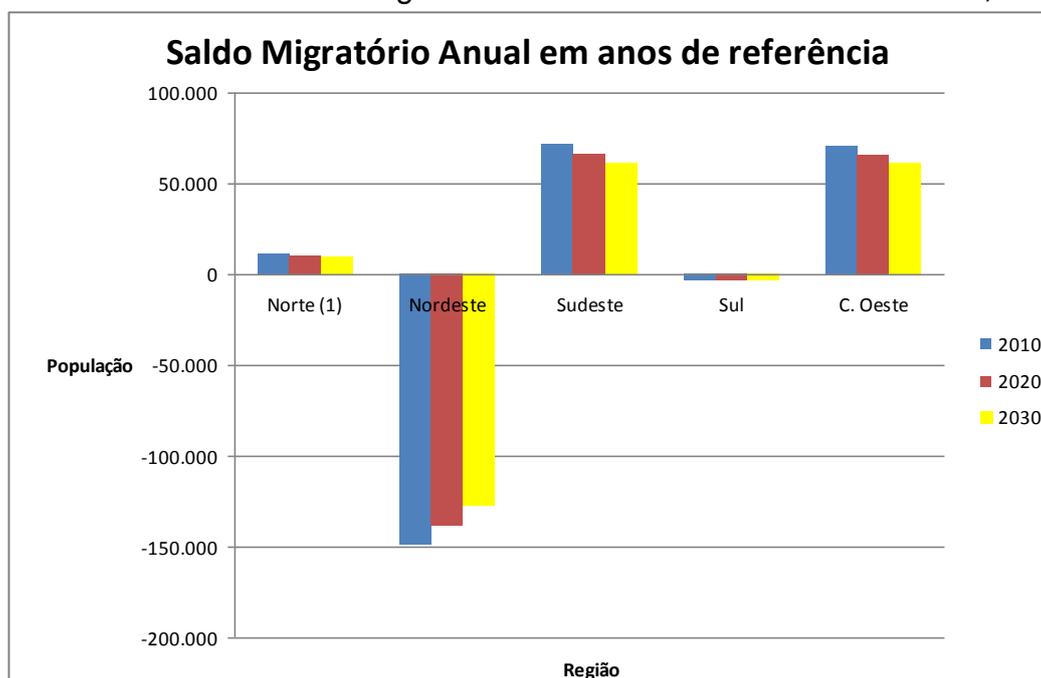
Embora o IBGE não divulgue as projeções populacionais para 2025 e 2030 por Unidade da Federação, as projeções de saldo migratório anual permitem concluir que o crescimento na região permanecerá bem acima do registrado na média do País, conforme observado no Quadro 6 e no Gráfico 4.

Quadro 6: Saldo migratório anual em anos de referência

Região/UF	2010	2015	2020	2025	2030
Norte (1)	11.147	10.754	10.360	9.966	9.572
Nordeste	- 149.375	- 143.939	- 138.498	- 133.056	- 127.617
Sudeste	71.463	68.939	66.414	63.886	61.363
Sul	- 3.802	- 3.667	- 3.534	- 3.398	- 3.265
C. Oeste	70.871	68.367	65.864	63.359	60.851
RO	2.037	1.966	1.894	1.822	1.749
TO	2.453	2.367	2.280	2.194	2.106
MT	8.192	7.903	7.614	7.324	7.034
GO	39.060	37.679	36.299	34.918	33.538
DF	21.261	20.509	19.758	19.007	18.255
MS	- 2.132	- 2.057	- 1.981	- 1.906	- 1.831

Fonte: IBGE

Gráfico 4: Estimativa de saldo migratório anual e anos de referência: 2010, 2020 e 2030



Fonte: IBGE

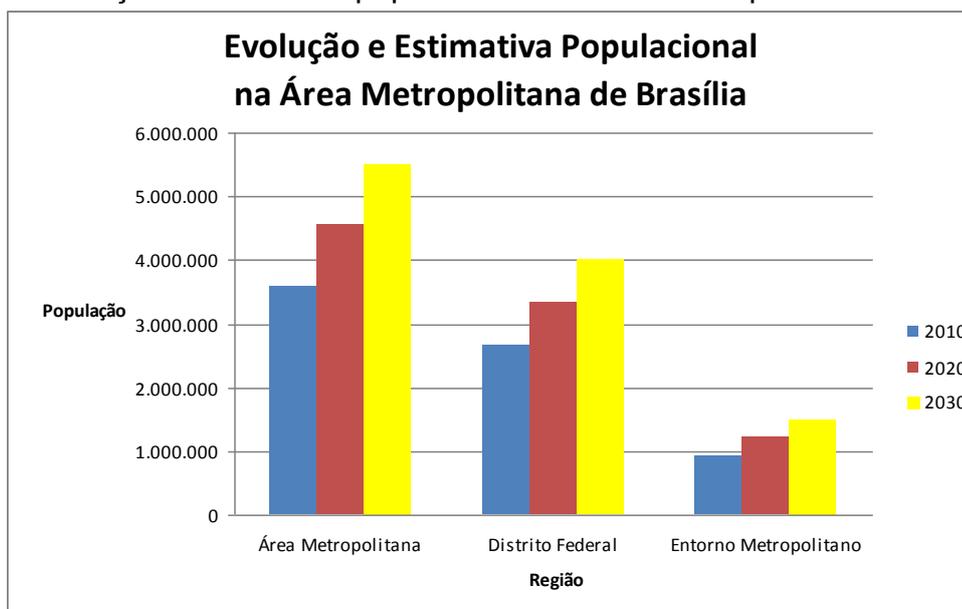
Em relação ao Distrito Federal, se mantidas as atuais tendências, a população no DF deve alcançar cerca de 3,2 milhões de habitantes em 2020, que somando-se a estimados 1,4 milhão para os 12 municípios que compõem sua periferia metropolitana, totalizaria 4,6 milhões na área metropolitana de Brasília em 2020. Em 2030, a estimativa é de 5,6 milhões (Quadro 7 e Gráfico 5).

Quadro 7: Evolução e estimativa populacional na Área Metropolitana de Brasília

Regiões	População recenseada			População projetada	
	1991	2000	2010	2020	2030
Área Metropolitana	2.005.369	2.787.530	3.548.438	4.600.000	5.600.000
Distrito Federal	1.601.094	2.051.146	2.570.160	3.200.000	3.800.000
Periferia Metropolitana	404.275	736.384	978.278	1.400.000	1.800.000

Fonte: IBGE e projeções Codeplan

Gráfico 5: Evolução e estimativa populacional na Área Metropolitana de Brasília



Fonte: IBGE

Em relação ao Para a área metropolitana de Goiânia, as projeções apontam para um contingente populacional de 2,75 milhões em 2020 e de 3,35 milhões em 2030, ao passo que para a aglomeração urbana de Anápolis, projeta-se respectivamente 500 mil e 600 mil habitantes. Dessa forma, para o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia as projeções são de 7,85 milhões em 2020 e 9,55 milhões em 2030.

3.2 A PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NO CENTRO-OESTE E NO DF

Da mesma forma, é de se esperar um desempenho da economia do Centro-Oeste acima da média nacional. Conforme visto anteriormente, o PIB per capita do Centro-Oeste passou do equivalente a 67% da média nacional na década de 1970 para atuais 119%. O Quadro 8 apresenta a projeção do PIB per capita e do PIB da região Centro-Oeste até 2030, mantida a tendência de crescimento do PIB per capita acima da média nacional e considerando a projeção populacional.

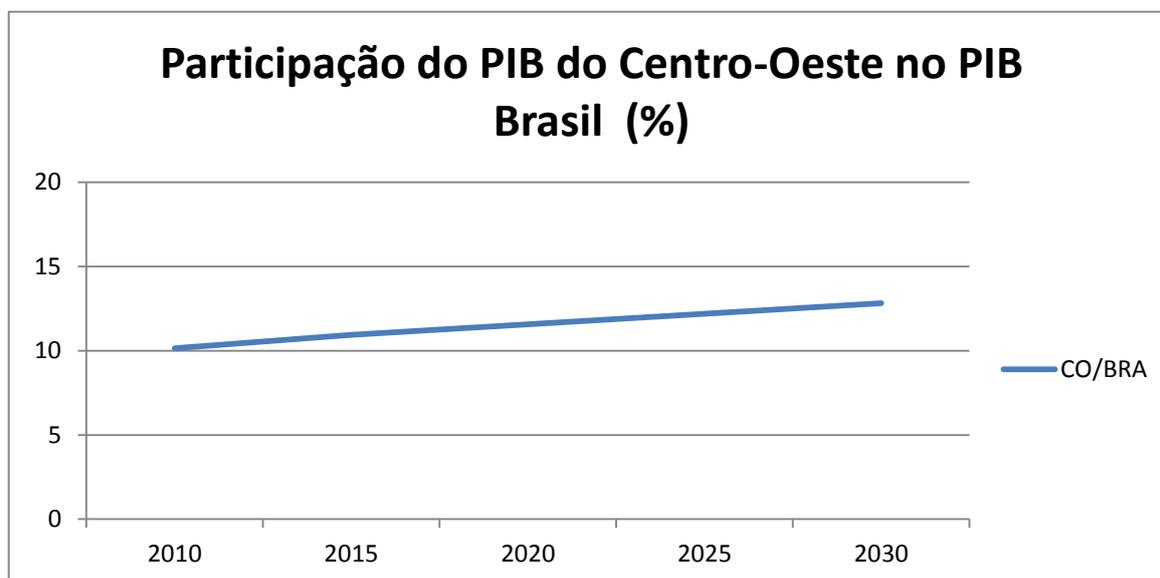
Quadro 8: Projeção do PIB per capita e do PIB total da região Centro-Oeste de 2015 a 2030

	PIB per capita (US\$ de 2009)			População (milhões)	PIB (bilhões de dólares de 2009)		
	Brasil	CO/BRA	CO		CO	BRA	CO/BRA
2010	10.820	115,0	12.443	17.047,0	212,1	2.089,0	10,15
2015	13.020	120,0	15.624	18.708,6	292,3	2.615,7	11,18
2020	15.930	122,5	19.514	19.952,9	389,4	3.299,7	11,80
2025	19.600	125,0	24.500	21.137,0	517,9	4.164,3	12,44
2030	24.290	127,5	30.970	22.182,0	687,0	5.257,3	13,07

Fonte: Banco Mundial e Cálculos IBRASE

Em dólares constantes de 2009, o PIB regional deverá superar em 2030 o patamar de 687 bilhões de dólares, representando 13% do PIB nacional (Gráfico 6).

Gráfico 6: Evolução da participação do Centro-Oeste no PIB nacional



Fonte: Cálculo Codeplan

No caso do Distrito Federal, caso se mantenha a sua atual participação no PIB da região Centro-Oeste (38,2%), seu PIB deverá apresentar os seguintes valores, em bilhões de dólares constantes de 2009: 111,7 (2015), 148,8 (2020), 197,8 (2025) e 262,4 (2030).

4. A FORMAÇÃO DO EIXO BRASÍLIA - ANÁPOLIS - GOIÂNIA

Uma das consequências mais marcantes do processo de ocupação e desenvolvimento da Região Centro-Oeste foi a extraordinária expansão de suas duas principais cidades, Brasília e Goiânia. Distantes entre si pouco mais de 200 Km, as duas cidades desenvolveram-se quase que alheias uma à outra, mas nos últimos anos, a intensificação dos fluxos econômicos com a região de influência comum e objetivos estratégicos convergentes as têm aproximado, e, atualmente desenha-se claramente um eixo de desenvolvimento interligando as áreas metropolitanas de Brasília e Goiânia, incluindo a aglomeração urbana de Anápolis, localizada entre ambas. O processo de desenvolvimento das duas metrópoles obedeceu, contudo, a processos distintos.

4.1 A EVOLUÇÃO POPULACIONAL EM BRASÍLIA E EM GOIÂNIA

Nas suas duas primeiras décadas de existência, Brasília teve seu dinamismo garantido pelo processo de consolidação como Capital da República, com o processo de construção e sua constituição em centro político-administrativo, atraindo fluxos migratórios das mais diversas partes do País. Em 1970, sua população já superava os 500 mil habitantes e em 1980 aproximava-se de 1,2 milhão.

Se até então o crescimento esteve circunscrito aos limites do quadrilátero, a partir de então extrapolou esses limites, iniciando a formação de um aglomerado urbano com vários municípios goianos que se situam em seu entorno, constituindo-se numa efetiva área metropolitana². Em 1980, a população da Área Metropolitana de Brasília (AMB) alcançara 1,37 milhão de habitantes, duplicando para 2,79 milhões em 2000 e alcançando 4,0 milhões em 2014.

Esse processo tem sido alimentado por fortes e crescentes fluxos migratórios. Estima-se, com base em dados do Censo Demográfico de 2000, em cerca de 50 mil/ano o fluxo líquido de migrantes para a Área Metropolitana de Brasília na década de 1990, sendo 20 mil no Distrito Federal e 30 mil nos municípios da periferia metropolitana.

² Existem duas definições de área metropolitana de Brasília: uma instituída oficialmente, pela lei complementar n. 94 de 19/02/1998, e denominada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, constituída pelo Distrito Federal e 22 municípios goianos e mineiros. A outra, engloba o Distrito Federal e os municípios que preenchem os critérios selecionados para enquadramento em aglomeração metropolitana, e que são apenas 12 (Luiziânia, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama, Formosa, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Padre Bernardo, Cristalina e Cocalzinho de Goiás) entre esses 22 municípios. Esta delimitação, não oficial, foi inicialmente apresentada no Seminário "Alternativas de Gestão Territorial para o Aglomerado Urbano de Brasília", realizado em 19 e 20 de novembro de 1997, através do estudo "Delimitação do Espaço Metropolitano de Brasília: estudo preliminar para subsidiar a proposta de criação da Região Metropolitana de Brasília", elaborado por Júlio Miragaya e Luiz Alberto Cordeiro, da CODEPLAN. Em 1999, esta definição foi adotada no estudo do IPEA/IBGE/UNICAMP "Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil".

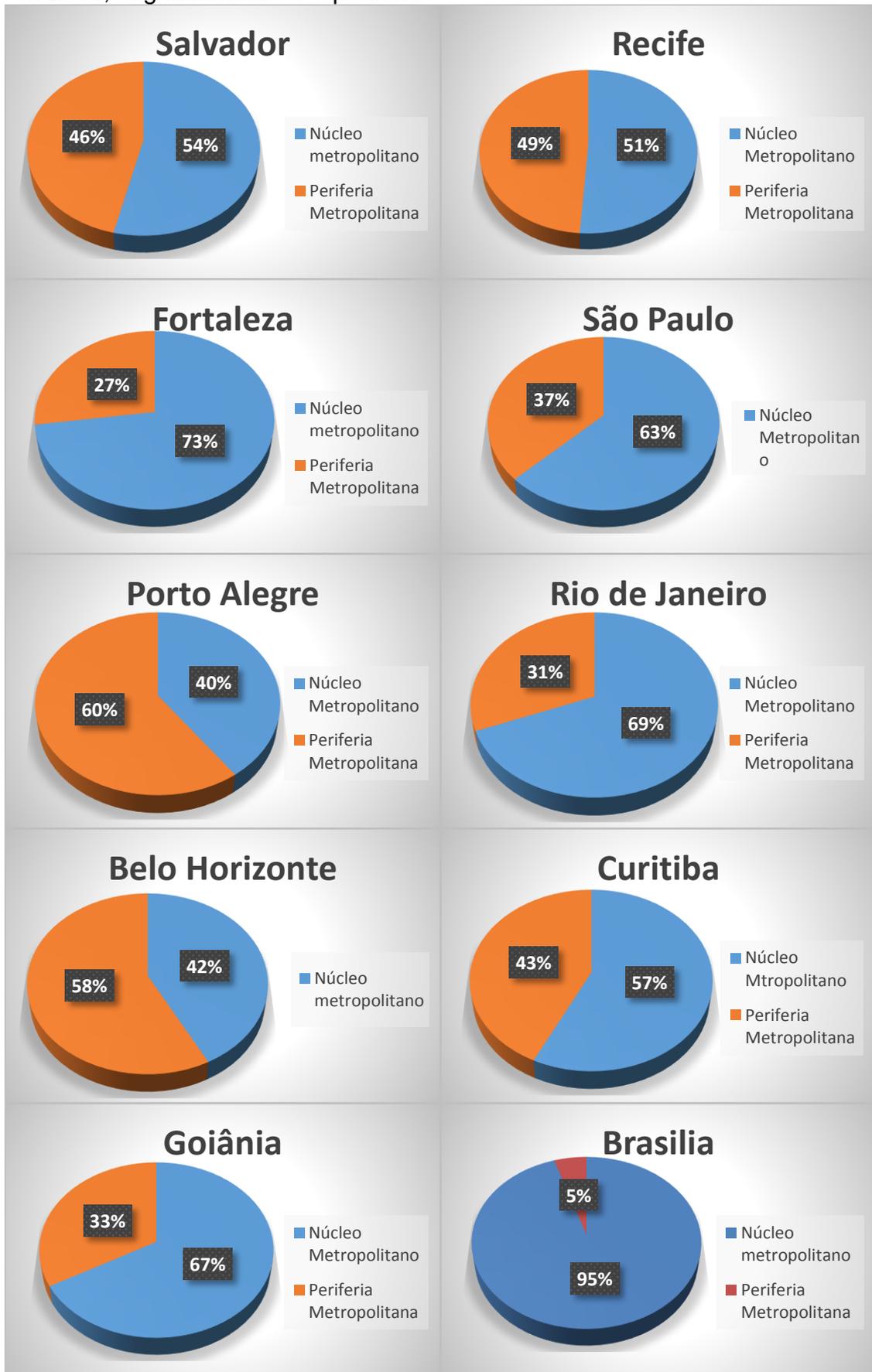
Brasília teve seu dinamismo garantido pelo processo de constituição como Capital da República e sua consolidação como centro político-administrativo, atraindo fluxos migratórios das mais diversas partes do país. Mas se até 1980 o crescimento populacional esteve circunscrito aos limites do quadrilátero, a partir daí extrapolou esses limites, iniciando a formação de um aglomerado urbano com municípios goianos que se situam em seu entorno, constituindo-se numa efetiva área metropolitana, com população de 4,0 milhões de habitantes. A atividade econômica, contudo, revela elevado grau de concentração do PIB em seu núcleo, o Distrito Federal. Tal situação difere radicalmente da encontrada em outras regiões metropolitanas, onde a participação das periferias no PIB metropolitano chega mesmo a superar a participação do núcleo (município da capital).

Em 2011, enquanto nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, as periferias metropolitanas participavam, respectivamente, com 31% e 37% do PIB metropolitano, essas participações chegavam próximo a 50% nas regiões metropolitanas de Recife e de Salvador e ultrapassavam largamente este patamar nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte (58%) e Porto Alegre (60%). Mesmo na Região Metropolitana de Goiânia, a participação chega a 33%, mas na Área Metropolitana de Brasília, a periferia metropolitana participava com apenas 5% do PIB metropolitano total, conforme Gráfico 7.

Já o surgimento de Goiânia foi decorrência do deslocamento do eixo dinâmico da economia estadual de sua região oeste, polarizada pela cidade de Goiás, decadente núcleo urbano do ciclo da mineração, para a região sudeste, onde despontavam as cidades de Ipameri, Catalão e principalmente Anápolis. Construída a partir de 1933, e capital estadual a partir de 1937, a transferência das atividades político-administrativas e as demandas por elas geradas foram o primeiro impulso para o crescimento da cidade. Em 1940, já era a principal cidade do estado, com 40 mil habitantes, mas apenas 15 mil em sua área urbana.

Na década de 1940, em pleno processo da "Marcha para o Oeste", movimento lançado no fim da década anterior pelo Governo Vargas, Goiânia se consolidou como principal cidade do estado, mas ainda travava disputa com Anápolis pela condição de principal centro econômico. Anápolis se tornara o maior centro do comércio atacadista goiano e beneficiara-se da expressiva expansão da rizicultura no estado. Era para a cidade que convergia a quase totalidade da produção de arroz goiano (e parte da produção do norte de Mato Grosso) destinada ao beneficiamento e à comercialização. A disputa econômica com Anápolis só vai se resolver a favor de Goiânia já na década de 1950, quando ela passou a dividir com Uberlândia a condição de principal entreposto de comercialização da produção agrícola do sudoeste goiano, região que rapidamente se constituiu na principal área de atividade agropecuária do estado.

Gráfico 7: Composição do PIB nas principais regiões metropolitanas do país em 2011, segundo núcleos e periferias



Fonte: IBGE

Em 1950, Goiânia alcançava a condição de principal cidade do Centro-Oeste, com 53 mil habitantes (40 mil na área urbana), consolidando-se como principal centro comercial e de serviços de uma economia em franca expansão, passando a receber importantes contingentes migratórios, principalmente do interior do estado e de Minas Gerais. Em 1960, quando Brasília foi fundada, Goiânia já comportava uma população de 153 mil pessoas e a população total do conjunto dos municípios que hoje formam sua área metropolitana alcançava 247 mil habitantes.

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, a cidade ampliou suas funções econômicas, tornando-se então o principal centro de suprimento de bens e serviços para as regiões agrícolas do estado, notadamente a próspera região sudoeste. Em 1970, a população da cidade alcançava 380 mil habitantes, e já começava a se desenhar sua futura área metropolitana, somando então com os municípios vizinhos, 510 mil habitantes.

A década de 1970 vai ser a de transição da atividade agrária na Região Centro-Oeste, de seu estágio semicapitalista para o de plena hegemonia capitalista, processo que vai se consolidar nas duas décadas seguintes. Este processo de modernização da atividade agrícola regional teve em Goiânia seu centro difusor. A cidade comandou a acentuada expansão do consumo intermediário (fertilizantes, sementes, implementos agrícolas etc.), resultando na forte expansão da produtividade e no conseqüente aumento da produção e colheu as vantagens deste processo, pois ampliou sua influência para além das fronteiras do estado e para ela passaram a convergir grande parte das riquezas geradas em sua ampla área de influência.

Em 1980, a população de sua área metropolitana já ganhava contornos mais definidos, duplicando sua população para 897 mil habitantes. Posteriormente, esta cresceu para 1,31 milhão em 1991 e 1,74 milhão em 2000, alcançando 2,4 milhões em 2014. Goiânia efetivamente se consolidava como uma das metrópoles nacionais.

Neste contexto de rápida ocupação e transformação do Centro-Oeste brasileiro, o notável crescimento de Brasília e o igualmente acelerado crescimento de Goiânia, e a emergência de ambas como metrópoles nacionais consolidaram estas duas cidades como polos de toda a região, consolidando um novo eixo de desenvolvimento formado por Brasília-Anápolis-Goiânia³.

Em resumo, entre 1970 e 2014, a área metropolitana de Brasília sextuplicou, de 625 mil para 4,0 milhões de habitantes; a de Goiânia, idem, de 425 mil para 2,4 milhões e a da Aglomeração

³ O Eixo Brasília-Goiânia é apresentado neste estudo como um eixo de desenvolvimento compreendendo a Área Metropolitana de Brasília, a Área Metropolitana de Goiânia e a Aglomeração Urbana de Anápolis. Sua proposição foi feita no estudo "O Eixo Brasília-Goiânia como foco dinâmico da economia do Brasil Central", elaborado em março de 2000 pelo Presidente do Sindicato dos Economistas/DF, Júlio Miragaya. Esta definição foi adotada pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Governo de Goiás no estudo "Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília", elaborado em 2002.

Urbana de Anápolis mais que triplicou, de 120 mil para 400 mil. No total, a população do “Eixo” cresceu de 1,26 milhão para 6,8 milhões, sendo que nada menos que 40% do crescimento da população urbana de toda a Região Centro-Oeste nele se concentrou.

4.2 FATORES QUE EXPLICAM SUA ACELERADA EXPANSÃO POPULACIONAL

A forte concentração desta população no eixo Brasília - Goiânia é expressão da fragilidade da rede urbana regional (fora do eixo, apenas Cuiabá e Campo Grande possuem população urbana superior a 300 mil habitantes), situação decorrente do baixo grau de industrialização da Região. No cenário econômico, a Região Centro-Oeste tem sido, nas últimas décadas, também a que tem apresentado o melhor desempenho entre as macrorregiões brasileiras. A sua participação no PIB nacional, de 3,8% em 1970, passou para 10,7% em 2011.

O acelerado crescimento demográfico ao longo do Eixo Brasília-Goiânia pode ser explicado por diversos fatores. Nos casos da área metropolitana de Goiânia e da aglomeração urbana de Anápolis, a justificativa é o estímulo proporcionado pela dinamização de suas economias. Quanto à Brasília, decorre certamente da retomada do fluxo migratório direcionado ao Distrito Federal e, principalmente, ao aumento no contingente migratório para a sua periferia metropolitana.

A questão que se coloca é: por que a área metropolitana de Brasília atraiu um grande número de migrantes nos últimos vinte anos, sem que tenha apresentado desempenho econômico que o justifique?

A resposta é o elevado nível de renda do Distrito Federal, proporcionado essencialmente pelo setor público. A administração pública e os serviços públicos (federal e distrital) respondem ainda por 22% dos postos de trabalho no Distrito Federal e, principalmente, por nada menos que por 55% do total da massa de rendimentos do trabalho, em função dos salários médios do segmento situarem-se num patamar bem mais elevado que o observado nos demais setores de atividade locais e também dos níveis salariais das demais unidades da federação, tanto do setor público como do privado. Tal fato acontece por se concentrarem em Brasília os extratos superiores das carreiras da administração pública, no Executivo, Legislativo e Judiciário. Também o nível de remuneração dos servidores do Governo do Distrito Federal (GDF) situa-se num patamar mais elevado.

Um outro fator que também tem concorrido para esta atratividade tem sido a excelência dos serviços públicos do Distrito Federal, levando-se em conta os padrões da região. Como a rede de cidades do sistema urbano-regional de Brasília-Goiânia é bastante frágil, com oferta precária de infraestrutura nas áreas de saúde e educação públicas, naturalmente a disponibilização desses

serviços em Brasília (assim como em Goiânia) passam a ser importantes fatores de atração populacional para as duas metrópoles regionais. Nesta mesma linha, sempre foi objeto de polêmicos debates em Brasília o real impacto da política de distribuição de lotes na atração de correntes migratórias no Governo de Joaquim Roriz, entre 1991 e 1994.

Que esta política teve efeito estimulante destas correntes, parece ser inquestionável. Mas, certamente há um exagero em creditar a ela a total responsabilidade pelo inchaço populacional em Brasília no período. Uma simples observação da evolução populacional do Distrito Federal e da Área Metropolitana de Brasília na década de 1990 permite constatar que o ritmo de crescimento demográfico se manteve igualmente acelerado, mesmo após o fim da política de distribuição de lotes em 1995, já no governo de Cristovam Buarque. A conclusão lógica é que não foi esta política a maior responsável pelo acelerado crescimento populacional de Brasília, suplantada por outras causas.

Dentre essas causas está certamente a "expulsão" da população do campo. Deve-se ressaltar o fato de que o avanço das relações capitalistas no campo, ao concentrar a propriedade fundiária, com a redução do número de estabelecimentos agrícolas em mais de 30 mil nas duas últimas décadas, e ao expandir a mecanização, levou à supressão de cerca de 300 mil postos de trabalho no mesmo período. Naturalmente, boa parte destes desalojados teve como destino as duas metrópoles da região.

Nas duas últimas décadas, já foi observada a expressiva expansão da atividade econômica na região Centro-Oeste, não obstante o fraco desempenho da economia nacional. Não é nada surpreendente, portanto, que as duas metrópoles regionais tenham sido as de maior crescimento populacional no País nos últimos vinte anos. Mas surpreende o fato de que, ao contrário das demais áreas metropolitanas, que mantem a tendência de desaceleração do crescimento populacional desde as décadas de 1950 e 1960, Brasília e Goiânia tenham mantido crescimento demográfico tão acelerado, sendo que em Brasília deu-se incremento ainda maior no período 1991/2000 que em 1980/1991.

De fato, de acordo com os dados dos Censos Demográficos do IBGE, o crescimento médio populacional das demais regiões metropolitanas vêm caindo a cada década, com taxas anuais de 3,78% em média, na década de 1970, 2,00% na de 1980, 1,76% na de 1990 e cerca de 1,50% na de 2000. Enquanto isso, o da Área Metropolitana de Brasília foi de 3,50% na década de 1980, bem superior ao da média das outras regiões metropolitanas, e, contrariamente à tendência geral, cresceu para 3,72% nos anos 1990 (e para 3,21% em Goiânia), valor superior ao da década anterior e o dobro do ocorrido nas demais metrópoles, caindo para 2,75% na década de 2000.

Entre as possíveis explicações desta dinâmica demográfica, podemos citar a pobreza da região do Semiárido nordestino e das áreas rurais economicamente deprimidas da própria região Centro-Oeste e de Minas Gerais, principais focos de origem dos fluxos migratórios no país; a estagnação do emprego industrial nas metrópoles do Centro-Sul, tradicionais absorvedoras de migrantes; e a condição de fronteira em expansão do Centro-Oeste.

Até fins da década de 1970, os fluxos migratórios originários de regiões economicamente deprimidas direcionavam-se principalmente para as metrópoles do Centro-Sul, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, a estagnação da economia e o processo de reestruturação econômica a partir dos anos 1980, com impacto negativo sobre o nível de emprego, sobretudo o industrial, levou à retração desses fluxos. Desse modo, a Região Centro-Oeste, que já captava parcela significativa desses contingentes, dadas suas características de região de fronteira agrícola, adquiriu ainda maior expressão.

Entretanto, como o modelo agrário regional rapidamente evoluiu para o de produção de grãos altamente mecanizada e pecuária bovina tecnificada, principalmente nas suas áreas mais prósperas, a capacidade de absorção de mão-de-obra no campo logo se viu esgotada. Como a rede urbana regional é bastante frágil, também incapaz de gerar ocupação em larga escala, o que ocorreu foi uma forte concentração dos fluxos migratórios nas duas metrópoles, Brasília e Goiânia. Dessa forma, formou-se na região a ocorrência do fenômeno da macrocefalia urbana, que é a disparidade de dimensão entre as duas metrópoles e as cidades de porte intermediário de sua área de influência.

De outro lado, o que ocorreu com as demais metrópoles do País é que, concomitantemente à desaceleração dos seus crescimentos populacionais, ocorreu uma aceleração do crescimento nas cidades de porte médio de suas regiões de influência. Entretanto, na Região Centro-Oeste tem ocorrido o oposto, ou seja, salvo raras exceções, as duas metrópoles têm crescido num ritmo mais acelerado que as principais cidades intermediárias de sua área de influência (hinterlândia).

Deve-se, contudo, neste panorama positivo, destacar três questões preocupantes. A primeira é que o desenvolvimento e modernização do campo tem se dado de forma absolutamente discricionária, ou seja, prosperidade para os grandes produtores e atraso e miséria na pequena produção. Os problemas começam com a estrutura fundiária altamente concentrada. Os estabelecimentos acima de 500 hectares representam pouco mais de 9% do total, mas ocupam 76% da área. Já os estabelecimentos com até 50 hectares, representando 54% do total, ocupam tão somente 3% da área.

A disparidade entre os níveis de produtividade e capitalização da propriedade empresarial e da unidade familiar é maior no Centro-Oeste que em qualquer outra região do País. O “mapa” hoje existente revela a coexistência de bolsões de prosperidade e de regiões agrícolas atrasadas e deprimidas. Certamente a medida para superar tais problemas é um amplo programa de distribuição de terras e de apoio à agricultura familiar por parte dos governos federal e estaduais, que abordaremos mais adiante.

A segunda envolve entraves existentes na infraestrutura regional e que concorrem para reduzir a elevada competitividade da sua atividade agropecuária. Entre esses entraves, destacam-se a limitada capacidade de armazenamento de grãos e o elevado custo de escoamento da safra.

A terceira questão diz respeito à incipiência da industrialização. Não obstante o avanço neste terreno ocorrido nas duas últimas décadas, o Centro-Oeste permanece com baixíssimo grau de industrialização de sua economia, situando-se no último posto entre as cinco macrorregiões do País.

4.3 A CONSOLIDAÇÃO DO EIXO: PROBLEMAS E POTENCIALIDADES

Como visto, a rede urbana brasileira está organizada em sistemas urbano-regionais, encabeçados pelas principais metrópoles do país. Mas, no caso do Centro-Oeste, ocorre uma dupla polarização. Isso ocorre pela equivalência entre as duas metrópoles regionais, Brasília e Goiânia, mas notadamente pela curta distância entre elas.

Essa proximidade, somada ao acelerado crescimento das metrópoles, particularmente quanto aos papéis que desempenham no plano regional, tem levado à consolidação de um forte eixo econômico unindo as duas áreas metropolitanas, tendo a aglomeração urbana de Anápolis como ponto de interseção. O Eixo se fortaleceu com a duplicação da BR-060, que liga Brasília e Goiânia e da BR-153, entre Goiânia e Itumbiara, assim como do trecho da BR-452 entre Itumbiara e Uberlândia, conectando as duas metrópoles do Centro-Oeste, por rodovia em pista dupla, com São Paulo, principal centro econômico nacional.

Sua consolidação, contudo, depende de outros investimentos estruturantes, como a conexão de Brasília com a Ferrovia Norte-Sul, através de um ramal ferroviário Brasília-Anápolis, possibilitando a saída da produção local pelos portos do Norte (Itaqui e Vila do Conde); a conexão com a projetada Ferrovia Transcontinental (Uruaçu-Campos), que possibilitará a ligação com os portos do Açu e outros portos do Sudeste; e a construção do gasoduto São Carlos a Goiânia e Brasília, cortando o Triângulo Mineiro, disponibilizando uma nova e vantajosa fonte energética. Tais

projetos ampliarão a competitividade do “Eixo” na atração de investimentos, notadamente industriais.

O forte incremento populacional nas áreas metropolitanas de Brasília e Goiânia, que a princípio gera graves problemas, projeta também algumas potencialidades. Em relação aos problemas, o principal deles é, sem dúvida, a necessidade de geração de postos de trabalho além da capacidade de ambas as economias. No caso da Área Metropolitana de Brasília, para uma PEA estimada em pouco mais de 1,8 milhão, o contingente desempregado estimado se aproxima de 300 mil, configurando uma taxa de desemprego superior a 15%.

Por outro lado, a pressão demográfica também implica em maior demanda por serviços sociais, particularmente os do Distrito Federal e de Goiânia, na medida em que eles servem à população da periferia metropolitana, onde ocorre o crescimento populacional mais acelerado.

No caso de Brasília, há ainda uma questão específica. Normalmente, o processo de expansão das cidades que se consolidam como polos regionais deve seu desenvolvimento ao incremento das atividades agropecuária e/ou industrial, que, por sua vez impulsionam o setor terciário, atuando como fator indutor do desenvolvimento.

Brasília, entretanto, desde a sua concepção, definida como cidade com funções quase que exclusivamente político-administrativas, não só não estimulou, como, inclusive, repudiou qualquer processo de industrialização. Também a exiguidade do seu território e o custo do fator terra não tornam viável uma ampla exploração agropecuária. O resultado dessa situação singular é que apenas 0,5% e 4% do pessoal ocupado no Distrito Federal estão, respectivamente, na agropecuária e na indústria de transformação, enquanto a média nacional é de 17% e 20%. Face à absoluta incipiência dos setores primário e secundário, o fator indutor do desenvolvimento local foi e ainda é o setor público, notadamente a administração pública, que ainda hoje emprega cerca de 22% do pessoal ocupado residente no Distrito Federal.

Foi com base no excepcional aumento do emprego na administração pública até o final da década de 1980, aliado à elevada remuneração (para padrões brasileiros) praticada nesse segmento, que se deu forte incremento no comércio, nos serviços e na construção civil da Capital Federal. Entretanto, nos últimos anos, observa-se certo esgotamento dessa capacidade indutora, com a desaceleração na geração de empregos no setor público, associada à relativa estagnação da renda real do pessoal ocupado no setor, fruto da “crise fiscal” do Estado. O esgotamento da possibilidade de o setor público funcionar como fator indutor do desenvolvimento do Distrito Federal revela-se problemático, na medida em que não há perspectivas de expansão imediata de segmentos alternativos.

Outro problema específico de Brasília diz respeito à sua forte dependência de recursos da União. Como se sabe, ela foi concebida para ser centro político e administrativo. Decerto, seria uma cidade distinta das demais, centralizando as atividades da União, e manter-se-ia a partir de verbas federais, prescindindo de maior preocupação quanto à geração de receitas próprias. Desde sua fundação, uma parcela majoritária do orçamento do Distrito Federal tem sido constituída de transferências da União, com destaque para o Fundo Constitucional do DF (FCDF). Por vários anos não houve questionamento quanto a esse modelo, pois a nova capital fora uma opção de todas as unidades federativas.

A parcela do orçamento do DF que advém de receita própria apresenta limitações para fazer frente às demandas sociais crescentes. Parte dessa receita é de natureza municipal (IPTU, IPVA, ITBI etc.) e pode ser ampliada via aumento de alíquotas. A outra parcela é formada por tributos de natureza estadual (ICMS) e pela participação na receita da União (FPE, FPM, IRRF etc.). Estas fontes estão vinculadas à amplitude e ao dinamismo da atividade econômica. O montante arrecadado neste grupo é relativamente reduzido, pois é resultado da debilidade de nosso parque produtivo. Estimular a atividade econômica é, portanto, condição indispensável para ampliar a receita tributária do Distrito Federal.

Outro grave problema é o baixo grau de industrialização. Apenas para ilustrar essa situação, na Região Metropolitana Goiânia, maior centro industrial regional, o valor da produção industrial (VPI) é quase dez vezes inferior ao da Região Metropolitana de Campinas, cidade do interior paulista. Deve-se ressaltar que o incipiente desenvolvimento industrial no Centro-Oeste decorre, em boa parte, da inexistência de políticas de desenvolvimento industrial voltadas para a região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO “EIXO”

Para alavancar o desenvolvimento econômico e, em particular, o desenvolvimento industrial nos municípios inseridos no “Eixo”, torna-se necessária a formulação de políticas públicas conjuntas assim como a superação de gargalos na sua infraestrutura. Tais projetos alavancariam a competitividade de Brasília, Goiânia, Anápolis e dos demais municípios na atração de investimentos, e consolidariam as duas metrópoles como polos econômicos da região Centro-Oeste.

Outra necessidade premente da região é a de modernização das áreas agrícolas mais atrasadas localizadas na área de influência do “Eixo”, e que abrangem a maior parte de seu território, notadamente sua porção centro-norte, que passa pela ação ativa do Estado em termos de distribuição de terras, concessão de crédito, apoio técnico, garantia de preços mínimos e formação de canais de comercialização da produção. O desenvolvimento agrário, além de incrementar o emprego e a renda da região, atuará como fator inibidor das correntes migratórias em direção às cidades, notadamente Brasília e Goiânia.

Por fim, deve-se implementar uma política ativa de desenvolvimento e consolidação dos polos regionais, que tendem a se localizar nos principais núcleos urbanos espalhados pelo sistema urbano-regional, elevando a qualidade do perfil da rede urbana regional, reduzindo a pressão que se estabelece sobre Brasília e Goiânia. Mas para que tal situação se altere, não se pode confiá-la à ação das leis do mercado. Estas tendem sempre a perpetuar e agravar as disparidades regionais, pois obedecem à lógica das vantagens comparativas locais, e estas concentram-se, naturalmente, nas regiões mais ricas.

Só há efetivamente desenvolvimento regional por meio da ação coordenada e dirigida do Estado, e isso não inclui, naturalmente, instrumentos da chamada “guerra fiscal”. Esta discussão, que os teóricos neoliberais julgam superada, emerge com toda a atualidade na questão regional que envolve o “Eixo” e sua região.

Em suma, o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia e sua imensa área de influência possuem um potencial de desenvolvimento extraordinário, que foi apenas parcialmente aproveitado nas últimas décadas. A ação planejadora do Estado, mediante políticas integradas entre os entes federativos envolvidos, deve ser resgatada, para permitir o desenvolvimento com maior equilíbrio regional e socialmente mais justo.

REFERÊNCIAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censos Demográficos**. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **PIB Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). - **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MIRAGAYA, J. **Dos bandeirantes a JK: a ocupação do Planalto Central Brasileiro anterior à fundação de Brasília** in Brasília 50 anos: da capital a metrópole. Brasília, 2010

MIRAGAYA, J. **Dinâmica econômica, migrações e integração do território no Centro-Oeste: o impacto do Eixo Brasília-Goiânia** (Dissertação de Mestrado em Geografia – Gestão Urbana e Regional, Departamento de Geografia – Universidade de Brasília). Brasília, 2003.

PAVIANI, A. **Brasília, capital (ainda) polinucleada**. In XAVIER, A.; KATINSKY, J. (Orgs.). Brasília – antologia crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012, pp. 427-433.

Anexo 1: PIB das principais Regiões Metropolitanas do Brasil - 2000/2011

Regiões Metropolitanas		PIB a preços correntes (mil reais)			PIB Per capita (R\$)			PIB a preços constantes de 2011 (mil reais)			PIB per capita a preços constantes de 2011 (R\$)		
		2000	2010	2011	2000	2010	2.011	2000	2010	2011	2000	2010	2011
São Paulo	Total	243.189.608	701.797.431	760.044.164	13.602,20	35.653,24	38.342,36	583.391.908	750.923.251	760.044.164	32.630,55	38.148,96	38.342,36
	Núcleo	160.285.568	443.517.625	477.005.597	15.361,48	39.411,52	42.152,64	384.511.920	474.563.859	477.005.597	36.850,93	42.170,32	42.152,64
	PM	82.904.040	258.279.806	283.038.567	11.136,35	30.636,46	33.273,51	198.879.987	276.359.392	283.038.567	26.715,20	32.781,01	33.273,51
Rio de Janeiro	Total	106.893.588	275.312.845	303.184.246	9.834,49	23.261,21	25.456,51	256.428.943	294.584.744	303.184.246	23.592,14	24.889,49	25.456,51
	Núcleo	76.730.775	190.017.531	209.366.429	13.098,67	30.063,94	32.940,23	184.070.831	203.318.758	209.366.429	31.422,64	32.168,42	32.940,23
	PM	30.162.813	85.295.314	93.817.817	6.018,90	15.465,32	16.892,12	72.358.112	91.265.986	93.817.817	14.438,84	16.547,90	16.892,12
Belo Horizonte	Total	33.713.418	122.644.536	129.936.969	7.736,09	25.111,65	26.386,66	80.875.722	131.229.653	129.936.969	18.558,24	26.869,46	26.386,66
	Núcleo	15.688.063	51.467.872	54.996.326	7.008,21	21.669,31	23.053,08	37.634.375	55.070.623	54.996.326	16.812,12	23.186,16	23.053,08
	PM	18.025.355	71.176.664	74.940.643	8.504,87	28.370,59	29.519,24	43.241.347	76.159.030	74.940.643	20.402,48	30.356,53	29.519,24
Curitiba	Total	28.342.049	93.806.139	101.529.114	10.074,53	29.097,68	31.188,37	67.990.250	100.372.569	101.529.114	24.167,98	31.134,51	31.188,37
	Núcleo	16.391.052	53.463.889	58.082.416	10.326,28	30.517,54	32.916,46	39.320.789	57.206.361	58.082.416	24.771,89	32.653,77	32.916,46
	PM	11.950.997	40.342.250	43.446.698	9.748,58	27.407,74	29.142,98	28.669.461	43.166.208	43.446.698	23.386,04	29.326,28	29.142,98
Porto Alegre	Total	38.964.343	113.512.218	113.754.479	10.299,59	28.152,40	28.079,16	93.472.261	121.458.073	113.754.479	24.707,87	30.123,07	28.079,16
	Núcleo	16.510.641	42.947.485	45.506.017	12.134,91	30.473,24	32.203,11	39.607.673	45.953.809	45.506.017	29.110,66	32.606,36	32.203,11
	PM	22.453.702	70.564.733	68.248.462	9.268,79	26.905,26	25.870,19	53.864.588	75.504.264	68.248.462	22.235,07	28.788,63	25.870,19
Salvador	Total	24.968.795	75.314.978	72.198.704	8.002,04	21.073,18	20.005,76	59.898.089	80.587.026	72.198.704	19.196,24	22.548,30	20.005,76
	Núcleo	12.282.966	36.480.991	38.819.520	5.027,60	13.634,41	14.411,73	29.465.827	39.034.660	38.819.520	12.060,80	14.588,82	14.411,73
	PM	12.685.829	38.833.987	33.379.184	18.732,88	43.229,71	36.468,42	30.432.262	41.552.366	33.379.184	44.938,63	46.255,79	36.468,42
Recife	Total	16.990.797	59.114.463	64.810.171	5.504,71	17.377,05	18.916,78	40.759.528	63.252.476	64.810.171	13.205,34	18.593,45	18.916,78

	Núcleo	9.811.668	30.176.875	33.149.385	6.895,52	19.624,63	21.434,88	23.537.386	32.289.256	33.149.385	16.541,78	20.998,36	21.434,88
	PM	7.179.129	28.937.588	31.660.786	4.315,19	15.523,08	16.844,86	17.222.142	30.963.219	31.660.786	10.351,78	16.609,70	16.844,86
Fortaleza	Total	14.766.576	51.091.695	57.753.487	4.830,78	14.130,25	15.785,36	35.423.804	54.668.114	57.753.487	11.588,64	15.119,37	15.785,36
	Núcleo	11.146.470	37.130.892	42.010.111	5.205,22	15.141,96	16.962,89	26.739.467	39.730.055	42.010.111	12.486,90	16.201,90	16.962,89
	PM	3.620.106	13.960.803	15.743.376	3.954,81	11.998,13	13.318,32	8.684.337	14.938.059	15.743.376	9.487,27	12.837,99	13.318,32
Goiânia	Total	10.572.743	35.970.801	41.355.259	6.064,80	16.552,45	18.745,58	25.363.144	38.488.757	41.355.259	14.548,95	17.711,12	18.745,58
	Núcleo	7.934.265	24.445.668	27.668.222	7.259,12	18.775,46	20.990,22	19.033.649	26.156.865	27.668.222	17.414,02	20.089,74	20.990,22
	PM	2.638.479	11.525.133	13.687.037	4.057,39	13.229,94	15.413,57	6.329.494	12.331.893	13.687.037	9.733,34	14.156,04	15.413,57
Brasília	Total	48.404.873	157.592.933	173.095.557	17.274,15	44.411,92	48.005,84	116.119.318	168.624.439	173.095.557	41.439,28	47.520,75	48.005,84
	Núcleo	46.474.890	149.906.319	164.482.129	22.658,01	58.325,68	63.020,05	111.489.447	160.399.761	164.482.129	54.354,71	62.408,47	63.020,05
	PM	1.929.983	7.686.615	8.613.428	2.569,85	7.857,29	8.650,43	4.629.871	8.224.678	8.613.428	6.164,86	8.407,30	8.650,43

Fonte: PIB Municipal - IBGE

Anexo 2: Evolução da população total nos Municípios do “Eixo” entre 1950 e 2013

Região/Municípios	População Total							
	Censo Demográfico 1950	Censo Demográfico 1960	Censo Demográfico 1970	Censo Demográfico 1980	Censo Demográfico 1991	Censo Demográfico 2000	Censo Demográfico 2010	Estimativa Populacional 2013
AM de Brasília	55.598	217.270	637.516	1.373.175	2.005.369	2.787.530	3.548.438	3.854.972
Distrito Federal	-	140.164	537.492	1.176.935	1.601.094	2.051.146	2.570.160	2.789.761
Periferia Metropolitana	55.598	77.106	100.024	196.240	404.275	736.384	978.278	1.065.211
Águas Lindas Goiás	-	(1)	(1)	(2)	(2)	105.746	159.378	177.890
Alexânia	-	8.022	9.390	12.124	16.472	20.047	23.814	25.468
Cidade Ocidental	-	(1)	(1)	(1)	(1)	40.377	55.915	61.552
Cocalzinho de Goiás	-	-	-	-	-	14.626	17.407	18.623
Cristalina	5.333	9.172	11.600	15.977	24.937	34.116	46.580	51.149
Formosa	23.273	21.708	28.874	43.296	62.982	78.651	100.085	108.503
Luziânia	19.657	27.444	32.807	80.089	207.674	141.082	174.531	188.181
Novo Gama	-	(1)	(1)	(1)	(1)	74.380	95.018	103.085
Padre Bernardo	-	4.637	8.381	15.857	16.500	21.514	27.671	30.059
Planaltina de Goiás	7.335	6.123	8.972	16.172	40.201	73.718	81.649	86.014
Sto Ant. Descoberto	-	(1)	(1)	12.725	35.509	51.897	63.248	67.993
Valparaíso	-	(1)	(1)	(1)	(1)	94.856	132.982	146.694
Aglom. Urbana Anápolis	50.338	77.168	118.502	192.886	253.093	303.895	360.645	385.611
Anápolis	50.338	68.732	105.029	180.012	239.378	283.134	334.613	357.402
Abadiânia	-	8.436	7.772	9.030	9.402	11.452	15.757	17.326
Campo Limpo GO	-	-	-	-	-	4.951	6.241	6.821
Ouro Verde	-	-	5.701	3.844	4.259	4.358	4.034	4.062
RM de Goiânia	116.721	246.927	510.695	897.382	1.312.709	1.743.297	2.173.141	2.346.610
Goiânia	53.389	153.505	380.773	717.519	922.222	1.093.007	1.302.001	1.393.579
Periferia Metropolitana.	63.332	93.442	129.922	179.863	390.487	650.290	871.140	953.031
Abadia GO	-	-	-	-	-	4.971	6.876	7.567
Aparecida Goiânia	-	-	7.470	42.627	178.483	336.392	455.657	500.619
Aragoiânia	-	1.594	2.848	3.707	4.910	6.424	8.365	9.108

Bela Vista GO	10.544	11.710	14.298	17.255	17.316	19.210	24.554	26.642
Bonfinópolis	-	-	-	-	3.324	5.353	7.536	8.319
Brazabrantes	-	2.677	3.132	2.241	2.334	2.772	3.232	3.444
Caldazinha	-	-	-	-	-	2.859	3.325	3.540
Caturai	-	4.568	4.669	3.899	4.134	4.330	4.686	4.910
Goianópolis	-	6.130	7.340	7.569	10.716	10.671	10.695	11.001
Goianira	-	5.060	6.091	7.488	12.896	18.719	34.060	37.713
Guapó	5.722	5.319	8.804	10.028	11.785	13.863	13.976	14.397
Hidrolândia	6.356	6.576	8.014	8.559	10.254	13.086	17.398	19.015
Inhumas	17.629	21.985	30.144	31.430	38.368	43.897	48.246	50.736
Nerópolis	5.739	6.596	7.735	9.368	12.987	18.578	24.210	26.364
Nova Veneza	-	4.092	5.733	5.083	5.003	6.414	8.129	8.806
Sto Antônio GO	-	-	-	-	-	3.106	4.703	5.253
Senador Canedo	-	-	-	-	23.905	53.105	84.443	95.018
Teresópolis GO	-	-	-	-	-	5.083	6.561	7.132
Trindade	17.342	17.135	22.519	30.609	54.072	81.457	104.488	113.447
Total do Eixo	222.657	541.365	1.261.012	2.459.599	3.566.858	4.830.364	6.082.224	6.587.193
Brasil	51.944.000	70.071.000	93.139.000	119.003.000	146.825.000	169.590.693	190.755.799	201.032.714

Fonte: Censos Demográficos do IBGE

Anexo 3: Taxas médias anuais de crescimento demográfico nos Municípios do “Eixo” entre 1950 e 2013

Região/Município	Taxa média de crescimento anual (%)						
	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00	2000/10	2010/13
AM de Brasília	14,60	11,37	7,97	3,86	3,40	2,39	2,09
Distrito Federal	-	14,39	8,15	3,13	2,51	2,28	2,07
Periferia Metropolitana	3,32	2,64	6,97	7,50	6,39	2,68	2,15
Águas Lindas Goiás	-	0,00	-	-	-	4,19	2,79
Alexânia	-	1,59	2,58	3,12	1,98	1,74	1,69
Cidade Ocidental	-	0,00	-	-	-	3,31	2,43
Cocalzinho de Goiás	-	-	-	-	-	1,76	1,70
Cristalina	5,57	2,38	3,25	4,55	3,18	3,16	2,37
Formosa	-0,69	2,89	4,13	3,82	2,25	2,44	2,04
Luziânia	3,39	1,80	10,96	8,39	-3,79	2,15	1,90
Novo Gama	-	0,00	-	-	-	2,48	2,06
Padre Bernardo	-	6,10	6,58	0,40	2,69	2,55	2,09
Planaltina de Goiás	-1,79	3,89	6,07	9,53	6,25	1,03	1,31
Sto Ant. Descoberto	-	0,00	-	-	3,87	2,00	1,82
Valparaíso	-	0,00	-	-	-	3,44	2,48
Aglom. Urbana de Anápolis	4,36	4,38	4,99	2,75	1,85	1,73	1,69
Anápolis	3,16	4,33	5,54	2,89	1,87	1,51	1,66
Abadiânia	-	-0,82	1,51	0,40	1,99	3,24	2,40
Campo Limpo GO	-	-	-	-	-	-	2,25
Ouro Verde	-	-	-3,86	1,03	0,23	-0,77	0,17
RM de Goiânia	7,78	7,54	5,82	3,88	2,85	2,23	2,02
Goiânia	11,14	9,51	6,54	2,54	1,71	1,77	1,71
Peiferia Metropolitana	3,97	3,35	3,40	8,06	5,15	2,96	2,47
Abadia GO	-	-	-	-	-	3,30	2,42
Aparecida Goiânia	-	-	19,02	15,40	6,54	3,08	2,38
Aragoiânia	-	5,98	2,67	2,85	2,72	2,68	2,15
Bela Vista GO	1,05	2,02	1,90	0,04	1,04	2,48	2,06

Bonfinópolis	-	-	-	-	4,88	3,48	2,50
Brazabranes	-	1,58	-3,29	0,41	1,73	1,55	1,60
Caldazinha	-	-	-	-	-	1,52	1,58
Caturai	-	0,22	-1,79	0,59	0,46	0,79	1,17
Goianópolis	-	1,82	0,31	3,54	-0,04	0,02	0,71
Goianira	-	1,87	2,09	5,59	3,80	6,17	2,58
Guapó	-0,73	5,17	1,31	1,63	1,64	0,08	0,74
Hidrolândia	0,34	2,00	0,66	1,82	2,47	2,89	2,25
Inhumas	2,23	3,21	0,42	2,01	1,36	0,95	1,27
Nerópolis	1,40	1,61	1,93	3,32	3,65	2,68	2,15
Nova Veneza	-	3,43	-1,20	-0,16	2,52	2,40	2,02
Sto Antônio GO	-	-	-	-	-	4,24	2,80
Senador Canedo	-	-	-	-	8,31	4,75	2,99
Teresópolis GO	-	-	-	-	-	2,59	2,11
Trindade	-0,12	2,77	3,12	5,86	4,18	2,52	2,08
Total do Eixo	9,29	8,82	6,89	3,78	3,10	2,29	2,04
Brasil	2,99	2,89	2,48	1,93	1,64	1,17	1,32

Fonte: Censos Demográficos do IBGE Elaboração: Codeplan

Anexo 4: Área territorial, população urbana e rural, taxa de urbanização e densidade demográfica nos Municípios do “Eixo” em 2000 e 2010

Região/Município	Área (km ²)	População Total		População Urbana		População Rural		Taxa Urban. (%)	Densid. Demog. (Hab/Km ²)
		Censo Demográfico		Censo Demográfico		Censo Demográfico			
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2010	2010
AM de Brasília	31.813,7	2.802.156	3.548.438	2.650.180	3.376.502	151.976	171.936	95	112
Distrito Federal	5.787,8	2.051.146	2.570.160	1.961.499	2.482.210	89.647	87.950	97	444
Periferia Metropolitana	26.025,9	751.010	978.278	688.681	894.292	62.329	83.986	91	38
Águas Lindas Goiás	188,4	105.746	159.378	105.583	159.138	163	240	100	846
Alexânia	847,9	20.047	23.814	15.935	19.676	4.112	4.138	83	28
Cidade Ocidental	389,9	40.377	55.915	34.465	43.654	5.912	12.261	78	143
Cocalzinho de Goiás	1.789,0	14.626	17.407	6.000	6.444	8.626	10.963	37	10
Cristalina	6.162,1	34.116	46.580	27.569	38.421	6.547	8.159	82	8
Formosa	5.811,8	78.651	100.085	69.285	92.023	9.366	8.062	92	17
Luziânia	3.961,1	141.082	174.531	130.165	162.807	10.917	11.724	93	44
Novo Gama	194,1	74.380	95.018	73.026	93.971	1.354	1.047	99	489
Padre Bernardo	3.138,9	21.514	27.671	13.272	10.786	8.242	16.885	39	9
Planaltina de Goiás	2.538,2	73.718	81.649	70.127	77.582	3.591	4.067	95	32
Sto Ant. Descoberto	944,0	51.897	63.248	48.398	56.808	3.499	6.440	90	67
Valparaíso	60,5	94.856	132.982	94.856	132.982	-	-	100	2.197
Aglom. Urbana Anápolis	2.346,7	303.895	360.645	289.935	347.505	13.960	13.140	96	154
Anápolis	933,2	288.085	334.613	280.164	328.755	7.921	5.858	98	359
Abadiânia	1.045,1	11.452	15.757	7.206	10.778	4.246	4.979	68	15
Campo Limpo GO	159,6	-	6.241	-	5.289	-	952	85	39
Ouro Verde	208,8	4.358	4.034	2.565	2.683	1.793	1.351	67	19
RM de Goiânia	7.315,1	1.743.297	2.173.141	1.694.956	2.130.074	48.341	43.067	98	297
Goiânia	732,8	1.093.007	1.302.001	1.085.806	1.297.076	7.201	4.925	96	1.777
Periferia Metropolitana	6.582,3	650.290	871.140	609.150	832.998	41.140	38.142	96	132
Abadia GO	146,8	4.971	6.876	3.096	5.081	1.875	1.795	74	47
Aparecida Goiânia	288,3	336.392	455.657	335.547	455.193	845	464	100	1.580
Aragoiânia	219,6	6.424	8.365	4.262	5.528	2.162	2.837	66	38
Bela Vista GO	1.255,4	19.210	24.554	12.278	17.955	6.932	6.599	73	20
Bonfinópolis	122,3	5.353	7.536	4.908	7.021	445	515	93	62

Brazabrantes	123,1	2.772	3.232	1.723	2.170	1.049	1.062	67	26
Caldazinha	250,9	2.859	3.325	1.194	1.918	1.665	1.407	58	13
Caturai	207,3	4.330	4.686	3.117	3.664	1.213	1.022	78	23
Goianópolis	162,4	10.671	10.695	9.805	9.691	866	1.004	91	66
Goianira	209,0	18.719	34.060	18.064	33.451	655	609	98	163
Guapó	516,8	13.863	13.976	9.916	11.333	3.947	2.643	81	27
Hidrolândia	943,9	13.086	17.398	7.836	10.470	5.250	6.928	60	18
Inhumas	613,2	43.897	48.246	39.976	45.103	3.921	3.143	93	79
Nerópolis	204,2	18.578	24.210	17.253	23.229	1.325	981	96	119
Nova Veneza	123,4	6.414	8.129	5.354	7.026	1.060	1.103	86	66
Sto Antônio GO	132,8	3.106	4.703	2.564	4.271	542	432	91	35
Senador Canedo	245,3	53.105	84.443	50.442	84.111	2.663	332	100	344
Terezópolis GO	106,9	5.083	6.561	3.616	5.677	1.467	884	87	61
Trindade	710,7	81.457	104.488	78.199	100.106	3.258	4.382	96	147
Total do Eixo	41.475,5	4.849.348	6.082.224	4.635.071	5.854.081	214.277	228.143	96	147
Brasil	8.502.728,30	169.590.693	190.755.799	137.755.550	160.925.792	31.835.143	29.830.007	84	22

Fonte: Censos Demográficos do IBGE Elaboração: Codeplan

Anexo 5: Evolução do PIB em valores correntes e constantes entre 2000 e 2011

Região/Município	PIB valores correntes (mil reais)			PIB valores constantes a preços de 2011 (mil reais)			Taxa Cresc. (%)
	2000	2010	2011	2000	2010	2011	
AM de Brasília	48.404.873	157.592.934	173.095.557	116.119.318	168.624.439	173.095.557	3,70
Distrito Federal	46.474.890	149.906.319	164.482.129	111.489.447	160.399.761	164.482.129	3,60
Periferia Metropolitana	1.929.983	7.686.615	8.613.428	4.629.871	8.224.678	8.613.428	5,81
Águas Lindas de Goiás	164.372	676.645	810.486	394.314	724.010	810.486	6,77
Alexânia	50.183	327.857	350.273	120.385	350.807	350.273	10,20
Cidade Ocidental	86.232	264.069	328.779	206.863	282.554	328.779	4,30
Cocalzinho de Goiás	35.484	127.155	155.100	85.123	136.056	155.100	5,61
Cristalina	217.495	1.122.296	1.081.285	521.753	1.200.857	1.081.285	6,85
Formosa	217.755	911.489	1.057.316	522.377	975.293	1.057.316	6,62
Luziânia	573.127	2.071.930	2.112.327	1.374.885	2.216.966	2.112.327	3,98
Novo Gama	127.153	432.307	507.376	305.029	462.569	507.376	4,73
Padre Bernardo	43.011	187.005	220.227	103.180	200.095	220.227	7,14
Planaltina	123.679	440.380	506.291	296.696	471.207	506.291	4,98
Santo Ant. do Descoberto	87.294	280.866	328.707	209.410	300.526	328.707	4,18
Valparaíso de Goiás	204.198	844.615	1.155.261	489.855	903.738	1.155.261	8,11
Aglom. Urbana de Anápolis	1.790.745	10.255.411	12.328.346	4.295.851	10.973.290	12.328.346	10,06
Anápolis	1.751.054	10.059.578	12.119.553	4.200.635	10.763.749	12.119.553	10,11
Abadiânia	26.008	109.773	120.021	62.392	117.457	120.021	6,13
Campo Limpo de Goiás	-	41.372	45.473	-	44.268	45.473	-
Ouro Verde de Goiás	13.683	44.688	43.298	32.824	47.816	43.298	2,55
RM de Goiânia	10.572.743	35.970.801	41.355.259	25.363.144	38.488.757	41.355.259	4,54
Goiânia	7.934.265	24.445.668	27.668.222	19.033.649	26.156.865	27.668.222	3,46
Periferia de Goiânia	2.638.479	11.525.133	13.687.037	6.329.494	12.331.893	13.687.037	7,26
Abadia	12.146	51.772	58.687	29.138	55.396	58.687	6,57
Aparecida de Goiânia	1.064.014	5.148.613	6.296.699	2.552.483	5.509.016	6.296.699	8,56
Aragoiânia	16.969	48.649	56.268	40.708	52.054	56.268	2,99

Bela Vista de Goiás	88.897	363.795	428.220	213.256	389.261	428.220	6,54
Bonfinópolis	15.116	50.549	54.201	36.261	54.087	54.201	3,72
Brazabrantes	10.141	38.492	39.486	24.327	41.186	39.486	4,50
Caldazinha	10.971	40.104	38.973	26.318	42.911	38.973	3,63
Caturai	12.035	41.978	46.451	28.870	44.917	46.451	4,42
Goianápolis	25.565	67.579	75.843	61.329	72.310	75.843	1,95
Goianira	101.941	253.851	336.955	244.547	271.621	336.955	2,96
Guapó	30.987	98.479	107.864	74.335	105.372	107.864	3,44
Hidrolândia	87.695	211.357	253.064	210.372	226.152	253.064	1,69
Inhumas	166.718	492.726	546.731	399.943	527.217	546.731	2,88
Nerópolis	117.511	359.982	409.665	281.899	385.181	409.665	3,46
Nova Veneza	24.441	85.822	98.818	58.632	91.830	98.818	4,86
Santo Antônio de Goiás	8.510	43.286	47.546	20.415	46.316	47.546	7,99
Senador Canedo	558.061	3.188.641	3.720.499	1.338.742	3.411.846	3.720.499	9,74
Teresópolis de Goiás	11.330	57.990	68.210	27.179	62.050	68.210	8,72
Trindade	275.432	881.466	1.002.857	660.739	943.169	1.002.857	3,87
Total do Eixo	60.768.362	203.819.146	226.779.161	145.778.313	218.086.486	226.779.161	4,10
Brasil	1.179.482.000	3.770.084.872	4.143.013.337	2.829.480.500	4.033.990.813	4.143.013.337	3,53

Fonte: PIB Municipal - IBGE

Anexo 6: PIB, segundo valor adicionado por setor e PIB per capita, em valores correntes em 2010

Região/Município	PIB valores correntes (mil reais)	Impostos, líquidos de subsídios (mil reais)	Valor adicionado bruto (mil reais)			
			Agropecuária	Indústria	Serviços, exceto Adm. Pública	Adm. Pública
AM de Brasília	157.601.741,24	17.243.685,78	1.461.692,70	10.223.965,09	54.445.215,75	74.227.181,93
Brasília (DF)	149.906.318,88	16.671.304,21	334.930,28	8.720.979,86	51.685.732,46	72.493.372,06
Periferia Metropolitana	7.695.422,36	572.381,56	1.126.762,42	1.502.985,23	2.759.483,28	1.733.809,87
Águas Lindas de Goiás	676.643,41	33.475,34	2.710,56	115.393,41	261.985,02	263.079,08
Alexânia	327.834,37	44.830,44	31.848,97	115.190,66	89.440,73	46.523,57
Cidade Ocidental	268.358,68	13.803,37	13.742,15	43.594,05	102.828,23	94.390,88
Cocalzinho de Goiás	127.131,89	5.079,57	36.689,01	21.228,10	31.233,47	32.901,74
Cristalina	1.121.098,30	55.135,16	624.131,87	70.631,52	278.972,64	92.227,11
Formosa	911.427,78	87.430,38	78.226,18	167.311,62	397.967,72	180.491,89
Luziânia	2.077.842,34	186.674,63	237.923,18	659.536,89	673.110,95	320.596,69
Novo Gama	432.301,20	22.617,26	2.297,97	72.239,06	177.888,99	157.257,93
Padre Bernardo	186.985,65	7.952,04	47.781,53	22.436,48	55.338,69	53.476,91
Planaltina de Goiás	440.329,53	24.357,45	37.899,76	61.866,52	163.211,22	152.994,59
Santo Antônio do Descoberto	280.857,29	13.159,26	13.360,90	43.923,74	96.534,11	113.879,27
Valparaíso de Goiás	844.611,94	77.866,67	150,35	109.633,18	430.971,52	225.990,21
Aglom. Urbana de Anápolis	10.255.356,12	3.110.525,98	124.469,83	3.366.468,78	2.982.334,99	671.556,55
Anápolis	10.059.556,70	3.101.094,26	65.299,00	3.340.061,11	2.931.479,59	621.622,74
Abadiânia	109.755,94	6.017,66	30.059,76	13.400,21	32.619,77	27.658,55
Campo Limpo de Goiás	41.364,73	1.697,86	6.904,59	9.650,02	9.974,29	13.137,96
Ouro Verde de Goiás	44.678,74	1.716,20	22.206,47	3.357,44	8.261,34	9.137,29
RM de Goiânia	35.960.675,58	5.473.956,81	441.450,54	5.965.837,47	19.802.415,14	4.277.015,61
Goiânia	24.445.743,96	3.916.288,64	35.479,43	3.666.877,43	14.071.985,34	2.755.113,11
Periferia Metropolitana	11.524.888,70	1.557.668,17	405.971,11	2.298.960,04	5.730.429,80	1.521.902,50
Abadia de Goiás	51.766,16	2.919,58	10.254,14	8.610,06	15.860,97	14.121,43
Aparecida de Goiânia	5.148.640,07	669.573,21	8.144,39	1.130.552,88	2.594.569,32	745.800,26
Aragoiânia	48.642,44	2.149,30	7.578,61	8.172,64	14.760,27	15.981,62

Bela Vista de Goiás	363.774,39	30.911,89	49.770,84	144.013,11	95.111,66	43.966,87
Bonfinópolis	50.525,42	1.038,33	22.644,69	2.499,41	6.963,75	7.422,16
Brazabrantes	38.480,40	2.144,17	12.101,55	9.445,49	8.212,07	6.577,12
Caldazinha	40.101,59	993,60	20.651,67	3.097,12	7.105,02	8.254,19
Caturai	41.968,88	1.599,28	16.709,68	3.709,53	10.420,89	9.529,50
Goianópolis	67.571,89	4.564,41	8.456,23	9.812,29	23.853,65	20.885,31
Goianira	253.840,80	19.724,01	16.646,69	82.079,35	77.023,59	58.367,15
Guapó	98.474,09	5.639,89	15.923,70	21.389,93	29.741,65	25.778,93
Hidrolândia	211.335,06	18.951,48	36.383,87	64.133,58	60.575,83	31.290,29
Inhumas	492.678,54	38.585,61	72.610,95	91.499,43	202.371,75	87.610,81
Nerópolis	359.977,67	35.708,79	15.522,88	149.208,16	107.530,14	52.007,72
Nova Veneza	85.803,10	6.157,06	19.164,23	24.275,46	21.281,82	14.924,53
Santo Antônio de Goiás	43.277,83	2.668,88	12.103,35	7.574,71	10.514,14	10.416,75
Senador Canedo	3.188.614,90	636.206,19	8.874,01	241.116,49	2.114.091,83	188.326,38
Terezópolis de Goiás	57.984,73	5.905,78	6.154,54	9.519,95	23.661,19	12.743,27
Trindade	881.430,76	72.226,69	46.275,11	288.250,46	306.780,27	167.898,23
Total do Eixo	203.817.772,94	25.828.168,57	2.027.613,06	19.556.271,34	77.229.965,88	79.175.754,09
Brasil	3.770.084.872,00	542.904.205,00	171.177.392,00	905.852.191,00	1.627.374.301,00	522.776.783,00

Fonte: PIB Municipal - IBGE

Anexo 7: Participação dos setores de atividade no PIB em 2010

Nome do Município	Valor Adicionado, por setor (%)					
	PIB total, subtraído impostos	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
AM de Brasília	140.358.055,46	100,00	1,04	7,28	38,79	52,88
Brasília (DF)	133.235.014,67	100,00	0,25	6,55	38,79	54,41
Periferia Metropolitana	7.123.040,80	100,00	15,82	21,10	38,74	24,34
Águas Lindas de Goiás	643.168,07	100,00	0,42	17,94	40,73	40,90
Alexânia	283.003,93	100,00	11,25	40,70	31,60	16,44
Cidade Ocidental	254.555,31	100,00	5,40	17,13	40,40	37,08
Cocalzinho de Goiás	122.052,32	100,00	30,06	17,39	25,59	26,96
Cristalina	1.065.963,14	100,00	58,55	6,63	26,17	8,65
Formosa	823.997,40	100,00	9,49	20,30	48,30	21,90
Luziânia	1.891.167,71	100,00	12,58	34,87	35,59	16,95
Novo Gama	409.683,94	100,00	0,56	17,63	43,42	38,39
Padre Bernardo	179.033,61	100,00	26,69	12,53	30,91	29,87
Planaltina de Goiás	415.972,08	100,00	9,11	14,87	39,24	36,78
Santo Ant. do Descoberto	267.698,02	100,00	4,99	16,41	36,06	42,54
Valparaíso de Goiás	766.745,27	100,00	0,02	14,30	56,21	29,47
Aglom. Urbana de Anápolis	7.144.830,14	100,00	1,74	47,12	41,74	9,40
Anápolis	6.958.462,44	100,00	0,94	48,00	42,13	8,93
Abadiânia	103.738,28	100,00	28,98	12,92	31,44	26,66
Campo Limpo de Goiás	39.666,87	100,00	17,41	24,33	25,15	33,12
Ouro Verde de Goiás	42.962,55	100,00	51,69	7,81	19,23	21,27
RM de Goiânia	30.486.718,77	100,00	1,45	19,57	64,95	14,03
Goiânia	20.529.455,32	100,00	0,17	17,86	68,55	13,42
Periferia Metropolitana	9.967.220,53	100,00	4,07	23,07	57,49	15,27
Abadia de Goiás	48.846,59	100,00	20,99	17,63	32,47	28,91
Aparecida de Goiânia	4.479.066,85	100,00	0,18	25,24	57,93	16,65
Aragoiânia	46.493,14	100,00	16,30	17,58	31,75	34,37

Bela Vista de Goiás	332.862,49	100,00	14,95	43,27	28,57	13,21
Bonfinópolis	49.487,09	100,00	45,76	5,05	14,07	15,00
Brazabrantes	36.336,23	100,00	33,30	25,99	22,60	18,10
Caldazinha	39.108,00	100,00	52,81	7,92	18,17	21,11
Caturai	40.369,60	100,00	41,39	9,19	25,81	23,61
Goianópolis	63.007,48	100,00	13,42	15,57	37,86	33,15
Goianira	234.116,78	100,00	7,11	35,06	32,90	24,93
Guapó	92.834,20	100,00	17,15	23,04	32,04	27,77
Hidrolândia	192.383,58	100,00	18,91	33,34	31,49	16,26
Inhumas	454.092,94	100,00	15,99	20,15	44,57	19,29
Nerópolis	324.268,89	100,00	4,79	46,01	33,16	16,04
Nova Veneza	79.646,03	100,00	24,06	30,48	26,72	18,74
Santo Antônio de Goiás	40.608,94	100,00	29,80	18,65	25,89	25,65
Senador Canedo	2.552.408,70	100,00	0,35	9,45	82,83	7,38
Terezópolis de Goiás	52.078,95	100,00	11,82	18,28	45,43	24,47
Trindade	809.204,07	100,00	5,72	35,62	37,91	20,75
Eixo do Eixo	177.989.604,37	100,00	1,14	10,99	43,39	44,48
Brasil	3.227.180.667,00	100,00	5,30	28,07	2,79	2,61

Fonte: PIB Municipal - IBGE

www.codeplan.df.gov.br

Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CODEPLAN